



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 89

III Sessão Legislativa

Horta, Sexta-Feira, 25 de Fevereiro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos

Agenda da Reunião

1. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 9/2011 – “combate à praga de coelho-bravo na ilha de S. Jorge”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Após a apresentação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Luís Silveira, seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

2- Projecto de Resolução n.º 9/2011 – “combate à praga de coelho-bravo na ilha de S. Jorge”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Participaram no debate os Srs. Deputados Luís Silveira, a quem coube a apresentação do diploma, Paula Bettencourt (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

O diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Luís Silveira (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*) e Mark Marques (*PSD*).

3- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 – “segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores)”;

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por maioria, após a justificação apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

4- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 – “segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores)”;

Apresentada a proposta pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), seguiu-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Rego (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Berto Messias (*PS*).

Submetida à votação a proposta em apreço foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como em votação final global.

4. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 10/2011 – “acompanhamento do processo de descontaminação de focos de poluição e programa de controlo da qualidade da água na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Justificada a urgência e a dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado José Cascalho, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Carla Bretão (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado por maioria.

6- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 13/2011 – “em defesa dos pescadores e dos proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, recomenda a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), a quem coube a justificação da dispensa de exame em Comissão, José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e José San-Bento (*PS*)

7- Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Fevereiro de 2011, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 17 horas e 22 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.
Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Francisco Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos entrando directamente na Agenda.

O primeiro ponto de hoje é o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 9/2011 – “combate à praga de coelho-bravo na ilha de S. Jorge”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira para apresentar o pedido de urgência.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O motivo da dispensa de exame em Comissão deste Projecto de Resolução apresentado pelo CDS/PP prende-se com a situação aflitiva que vivem alguns agricultores em São Jorge com aquela que já é considerada a praga do coelho-bravo na ilha.

Tendo em conta que ao descer à Comissão e ao percorrer os tempos regimentais normalmente previstos para a discussão deste tipo de diplomas levaria algum tempo;

Tendo em conta que a situação é bastante aflitiva e até drástica e no nosso entender as nossas propostas ao serem discutidas hoje nesta casa, e eventualmente aprovadas, poderão produzir efeitos imediatos ao serem implementadas de imediato;

Assim, o CDS/PP entendeu ser pertinente pedir a dispensa de exame em Comissão e se passar de imediato à discussão do diploma.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado pelo CDS/PP, para este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo passamos de imediato para o debate do **Projecto de Resolução n.º 9/2011 – “combate à praga de coelho-bravo na ilha de S. Jorge”**.

Vale aqui, igualmente, a grelha de tempos globais que temos vindo a usar nos diplomas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP traz hoje a esta casa mais uma iniciativa parlamentar, após outras diligências anteriormente apresentadas, com o intuito de ajudar a resolver uma situação que muito tem prejudicado os agricultores de São Jorge.

A problemática da correcção da densidade do coelho-bravo, pelas proporções que já tomou, parece-nos ser comum a todas as forças políticas nesta casa e neste Parlamento, incluindo o Governo Regional dos Açores

O Governo tem tomado, ao longo do último ano, algumas medidas que, infelizmente, não têm produzido os efeitos desejáveis.

Como tal, hoje, parte dos agricultores de São Jorge têm uma perda no seu rendimento na ordem dos 50 a 60% do alimento produzido na pastagem, o qual é essencial para o alimento dos animais, nomeadamente a vaca leiteira que, como sabem, tem um tratamento diferenciado porque o queijo de São Jorge é produzido à base de leite cru.

Hoje, temos agricultores a viver uma situação aflitiva, com elevados gastos para sustentar os seus animais com rações, bem como para a caça ao coelho, sendo que há agricultores com avultados gastos em cartuchos para tentar eliminar ou controlar o coelho na sua pastagem.

Assim, através deste Projecto de Resolução, apresentamos algumas propostas que esperamos que sejam sensíveis a este plenário pois entendemos que podem contribuir para ajudar a fazer a correcção da densidade da praga do coelho-bravo na ilha.

Recomendamos um pacote medidas, passando a primeira por criar um pacote atractivo de viagens à Ilha de São Jorge por caçadores vindo de outras ilhas da região, bem como do Continente.

Outra situação que apresentamos e que entendemos que é pertinente é haver alguma ajuda para o produto após a caçada. Alguns caçadores que se têm dirigido a São Jorge (não têm sido muitos, mas têm sido alguns), nomeadamente das Ilhas de São Jorge e Terceira e alguns do Continente, em menor escala mas também temos tido alguns, têm um problema, que é levar a caça. Visto que estão cingidos a 20 kg de bagagem e o excesso de carga é muito, fica bastante oneroso fazê-lo.

Assim, uma das nossas propostas é que haja um contributo para o caçador poder levar o produto caçado de São Jorge para o seu destino de origem.

Outra das situações que propomos é que este diploma ao ser aprovado seja divulgado este pacote de viagens pelas Associações de Caçadores da Região e do Continente, permitindo assim eles terem a noção que existe esta vantagem de ir a São Jorge caçar.

Propomos isto para um determinado período, aquele período em que o turismo é mais baixo, a considerada época baixa. Tivemos o cuidado de propor este pacote de viagens a preços vantajosos numa altura em que o turismo é fraco nos Açores, sendo que isto, ao mesmo tempo que resolveria a problemática da praga do coelho-bravo, também ajudaria o sector do turismo, desenvolvendo as unidades hoteleiras e a restauração na Ilha de São Jorge.

Por outro lado, o fornecimento de cartuchos para as caçadas, quer aos caçadores de São Jorge, quer aos provenientes de outras ilhas ou do Continente, à semelhança do que já aconteceu no passado.

Como sabem, no final da década de 80, inícios da década de 90, São Jorge deparou-se com esta mesma situação, embora seja afirmado e haja estudos de que desta vez a praga alastrou-se bastante mais. No entanto, nessa altura e com a colaboração do Governo Regional dos Açores, eram entregues cartuchos aos caçadores em troca de uma prova de caça. Por cada coelho apanhado era

entregue um cartucho. Também fazemos essa proposta e essa recomendação no nosso Projecto de Resolução.

Outra das propostas que fazemos neste Projecto de Resolução, que achamos que é essencial e que oportunamente foi apresentada pelo Partido Socialista e pelo Governo, é a possibilidade da comercialização da carne de caça de coelho nos Açores, coisa que até hoje ainda não aconteceu.

Por fim, que seja monitorizado e acompanhado todo este processo e que no final do próximo mês de Junho seja apresentado a este plenário um relatório para que tenhamos uma noção e uma prestação dos efeitos produzidos com base nestas propostas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições. Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Projecto de Resolução que o CDS/PP aqui nos apresenta gostaria de tecer alguns comentários e dar algumas informações a esta câmara.

Relativamente às informações que os Srs. Deputados devem conhecer, gostaria de dizer que no início de 2009, na decorrência dos trabalhos que habitualmente os serviços florestais fazem sobre os censos dos coelhos-bravos em São Jorge como em todas as ilhas, verificou-se a necessidade de alterar o calendário venatório e, desde logo, no início de 2009 retiraram-se os limites de peça por caçador para potenciar e aumentar o esforço de caça na Ilha de São Jorge.

O calendário venatório também foi alterado e logo de seguida, durante todo o ano e para todos os caçadores, ficou autorizada a caça sem limite de peças em toda a ilha de São Jorge, calendário esse que ainda hoje se mantém.

O número de licenças de caça, que entretanto foram emitidas, cresceu 48% para a Ilha de São Jorge. Só para a época venatória que termina agora a 30 de Junho já temos emitidas 145 licenças de caça contra 98 licenças que tivemos na época 2008/2009. Se até 30 de Junho esse ritmo de crescimento continuar a existir

teremos mais licenças de caça passadas a caçadores para nos ajudarem, em São Jorge, a combater a densidade de coelho-bravo que lá existe.

Também incentivámos junto dos caçadores locais para que aumentassem o número de caçadores e de inscrições para exame de carta de caçador. Neste momento decorrem várias diligências nesse âmbito para emissão de cartas de caçador. Temos 27 inscrições de novos caçadores na Ilha de São Jorge.

A par dessas diligências e desses incentivos que nós montámos também começámos a disponibilizar um grande apoio para que se procedessem a correcções de densidade. Desde logo, começaram a ser incentivados os agricultores a apresentar os seus pedidos de correcção de densidade, podendo-o fazer individualmente ou em conjunto. Foram autorizados vários pedidos de correcção de densidade que têm sido também diferidos, ou seja, autorizados, com muito pouco espaço de tempo. Em menos de 48 horas os pedidos de correcção de densidade são autorizados.

É bom que também se diga que a possibilidade que o pedido de correcção nos dá, é que se faça durante a noite a caça ao coelho.

Gostaria de dizer que a única obrigação que eles têm, todos aqueles que intervêm nessas correcções de densidade, é comunicar aos serviços quantos coelhos são caçados, exactamente para se ter uma noção exacta das medidas e do alcance das mesmas que se estão a tomar.

Considerando que por vezes na Ilha de São Jorge não era fácil encontrar caçadores disponíveis para participarem nessas correcções de densidade, elaborámos listagens de caçadores, quer da ilha quer de outras ilhas, que podiam ser contactados para o efeito, para os pedidos de correcção de densidade.

Gostaria de vos dizer nesta oportunidade que, por exemplo, isto não é um problema da Ilha de São Jorge, mas de algumas freguesias que são mais afectadas, nomeadamente, os Rosais, as Velas e Santo Amaro.

Nos Rosais houve 15 agricultores que pediram correcção de densidade. Caçaram-se lá 6.045 coelhos.

Nas Velas, um espaço territorial mais pequeno, com cerca de menos 100 hectares e com apenas 7 agricultores, foram caçados, no âmbito das medidas de correcção de densidade, 8.280 coelhos, ou seja, mais 2.235 coelhos do que nos Rosais.

No total de todos os pedidos de correcção de densidade foram apanhados e caçados em São Jorge 18.683 coelhos, até 11 de Fevereiro.

Gostaria também de vos dizer que ao nível do interesse de caçadores em São Jorge para procederem a pedidos de correcção de densidade, verificou-se também pela primeira vez um fenómeno interessante: 40% dos caçadores que intervieram nessas correcções de densidade são caçadores locais; 8% dos caçadores são do Continente e 52% dos caçadores são de outras ilhas dos Açores, nomeadamente São Miguel, Terceira e Pico.

Aproveito também esta oportunidade para dizer que estes caçadores foram a São Jorge porque celebrámos com as Associações Agrícolas, nomeadamente com a Associação Agrícola da Ilha de São Jorge, protocolos no sentido de os apoiar financeiramente no interesse destas Associações de Caçadores e foram, aliás, divulgados por todos os Clubes Cinegéticos e por todas as Associações de Caçadores, quer regionais, quer nacionais, a oportunidade que São Jorge representava para o turismo cinegético.

Achamos que aquilo que é uma praga em São Jorge, e que é de facto nalgumas localidades, devia ser revelado como uma oportunidade para se incentivar outras valências em São Jorge, nomeadamente o turismo cinegético.

A São Jorge foram vários caçadores. Só no período das correcções de densidade tivemos a equivalência a mais de 30 dias de caça exaustiva.

Para além disso, desenvolvemos o diploma para autorizar a comercialização de caça de peças menores. Este diploma, uma vez concluído, foi remetido às autoridades veterinárias porque se trata de colocar no circuito da alimentação humana um produto que necessita de ter controlo higio-sanitário e veterinário.

A autoridade veterinária emitiu os seus pareceres. Sugeriu algumas correcções no diploma e, neste momento, este diploma está à consulta dos parceiros sociais, nomeadamente das Associações de Caçadores.

Gostaria também de vos dizer que no âmbito das várias medidas tomadas em São Jorge, temos aumentado as práticas e as acções para realizar censos ao coelho-bravo, que estão sendo realizados quinzenalmente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Censos?!

O Orador: Sim, censos ao coelho-bravo realizados quinzenalmente.

Todos esses dados são comunicados ao Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Cinegéticos da Universidade do Porto. Esses dados que temos recolhido quinzenalmente indicam que temos a população de coelho-bravo numa densidade que se estabilizou e a indicação deste Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Cinegéticos da Universidade do Porto o que nos aconselha é manter as iniciativas que estamos a desenvolver e, nalguns casos até, podermos adoptar maior intensidade no que diz respeito à sensibilização das pessoas e ao interesse de caçadores a ir a São Jorge.

Aconselham que a legislação da comercialização do coelho-bravo possa ser brevemente colocada ao dispor de alguns agentes económicos, ajudando a permitir o aparecimento de algum negócio nessa matéria, para fazer o escoamento condigno e correcto do coelho.

Gostaria também de vos dizer que para além de todas essas medidas de correcção de densidade de coelho, além de trazermos caçadores através das Associações Agrícolas para a Ilha de São Jorge, temos feito um esforço para dar condições para abrigar os animais, os cães, que vão nessas correcções de densidade, para ajudar os caçadores a terem um boletim sanitário do coelho para poder exportar ou sair com o coelho da Ilha de São Jorge.

Nalguns casos, algumas Juntas de Freguesia, têm também se interessado pelo problema e têm promovido, elas próprias, a ida de grupos de caçadores às suas freguesias para ajudar a resolver o problema.

Sei, e penso que é do conhecimento geral e das pessoas de São Jorge de uma forma particular, que a Associação Agrícola, com o apoio que tem recebido do Governo, tem promovido a ida de caçadores de outras ilhas e do Continente a São Jorge, e tem, connosco, ajudado a encontrar espaço para a instalação dos cães e acompanhamento dos caçadores em campo, desde logo indicando os

locais onde previamente se conhece ser mais elevada a densidade do coelho-bravo.

Os comentários que queria finalmente deixar relativamente ao projecto do CDS/PP é que:

Como fica aqui bem claro, estamos a monitorizar o processo e a tomar as decisões que são possíveis e necessárias para combater o excesso de coelho-bravo nalgumas localidades da Ilha de São Jorge;

Como fica aqui bem claro, estamos a monitorizar o processo e a tomar todas as decisões que são possíveis e necessárias para combater o excesso de coelho-bravo nalgumas localidades da Ilha de São Jorge;

Temos a legislação para a comercialização da caça em consulta, o que em breve será uma outra realidade;

Temos disponibilizado às Associações Agrícolas e à Associação Agrícola da Ilha de São Jorge apoio para tomarem todas as iniciativas que julguem convenientes para combater o excesso de coelho-bravo nalgumas freguesias;

Creio que temos, ao fim e ao cabo, feito aquilo que afinal o CDS vem dizer para fazermos.

Gostaria também de dizer que o projecto do CDS/PP, para além daquilo que nos diz, de constituirmos pacotes atractivos com viagens para caçadores para uma determinada época específica, não resolve o problema do coelho-bravo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas ajuda!

O Orador: Não resolve, Sr. Deputado, por uma razão muito simples, é que se isso for feito durante um ou dois meses, como é sugerido, ao fim de três ou quatro meses estão lá mais coelhos para caçar. Devemos fazer isso de uma forma persistente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então como é que o senhor faz?!

O Orador: ... de uma forma continuada, como temos feito, interessada, através das Associações Agrícolas que levem caçadores para as correcções de densidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Coelhinhas a dar e a parir!

O Orador: O projecto do CDS/PP também fala na liberalização da caça nocturna sem necessidade de qualquer formalismo.

Sr. Deputado, eu posso compreender esta sugestão, mas o que é certo é que nas correcções de densidade a caça é nocturna, porque durante o dia já se caça sem limite de peças, a qualquer hora, desde o nascer ao pôr-do-sol. De noite a legislação proíbe a caça nocturna, só o permite fazer através da correcção de iniciativas de correcção de densidade.

Têm sido autorizadas todas as iniciativas de correcção de densidade e com caçadores que estão interessados a ir a São Jorge.

Gostaria também de vos dizer que essa outra questão que nos referem relativamente às vossas propostas é, no fundo, dizer que o CDS sempre que critica apresenta um conjunto de propostas. É saudável que assim seja.

Neste caso, o CDS critica e apresenta um conjunto de propostas que, infelizmente, para o CDS já são as propostas que o Governo está a executar em campo. Nessa medida não traz nada de novo...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Reforça as suas!

O Orador: ... só a oferta de cartuchos e essa a própria Associação pode fazer quando quiser.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem noção de que o coelho-bravo tem vindo a criar vários constrangimentos e prejuízos aos agricultores jorgenses. No entanto, parece-me fundamental esclarecer os presentes e informar que o Governo Regional tem tomado as medidas possíveis e necessárias para resolver esta situação.

Em primeiro lugar, é importante referir que o Decreto Regulamentar Regional 4/2009/A, de 5 de Maio, no seu artigo 75º estabelece que a caça ao coelho decorre do mês de Agosto ao mês de Janeiro.

Actualmente, como já foi referido pelo Sr. Secretário, existe um calendário venatório excepcional para a Ilha de São Jorge segundo o qual a caça ao coelho é permitida durante todo o ano e sem qualquer limite de peças.

É importante referir ainda que o Serviço Florestal da Ilha de São Jorge tem permitido correcções de densidade a qualquer agricultor que assim o requisiite, devido a danos provocados pelo coelho-bravo nos seus terrenos.

O Governo Regional dos Açores está também a concluir a legislação que permitirá o consumo e comercialização da carne de coelho-bravo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há 2 anos!

A Oradora: Indo concretamente ao teor do Projecto de Resolução apresentado pelo CDS/PP urge começar por dizer que este é contraditório.

O CDS/PP afirma no seu preâmbulo, e citando: “A praga está longe de ser controlada pela via da caça”. Mas das medidas que nos apresenta no articulado do diploma três delas são relativas à caça.

No que respeita às medidas concretamente ditas gostaria de destacar dois ou três aspectos nesta primeira intervenção, que me parecem bastante relevantes.

O CDS/PP propõe que a caça nocturna seja liberalizada de imediato, sem necessidade de qualquer formalismo por parte dos caçadores. Ora, o Decreto Regulamentar Regional 4/2009/A, de Maio, estabelece no seu artigo 76º que “é proibido caçar entre o pôr-do-sol e o nascer do sol”. Entenda-se, é proibida a caça nocturna.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sabíamos!

A Oradora: Assim, aquilo que o CDS/PP está a recomendar a este Governo que faça, e a esta Assembleia que aprove, é uma ilegalidade.

Tal como já referi anteriormente, o Governo tem tomado todas as medidas possíveis para resolver esta situação, nomeadamente possibilitando as correcções de densidade que podem ser requeridas junto do serviço competente por qualquer agricultor que tenha sofrido danos nos seus terrenos, pelo que se identifica mais uma contradição deste Projecto de Resolução.

O CDS/PP recomenda ao Governo que deixa de existir formalismos por parte dos caçadores.

Ora, se existe algum formalismo este não é por parte do caçador, mas sim por parte do agricultor que deve requerer a correcção da densidade e indicar os agentes que procederão à mesma.

Ainda relativamente à medida que o CDS/PP apresenta da implementação de um pacote atractivo de viagens para caçadores, financiado em parte pelo Governo, não nos parece que esta medida resolva o problema, a não ser que o Governo passasse a financiar, sistematicamente, a ida de caçadores a São Jorge, pois atendendo ao ciclo reprodutivo do coelho, estes caçadores não resolvem o problema.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O problema dos coelhos é que não resolve!

A Oradora: Devemos aproveitar o coelho como uma mais-valia para o turismo cinegético, mas não devemos assumir que a questão do coelho se resolve com a vinda de caçadores externos à ilha financiados pelo Governo já que esta medida abriria um precedente insustentável para a Região.

Deputados Ricardo Cabral e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Para terminar esta minha intervenção quero ressaltar ainda mais uma contradição deste Projecto de Resolução.

O CDS/PP recomenda ao Governo que apresenta a esta Assembleia legislação sobre consumo de carne de espécies cinegéticas, mas no preâmbulo do diploma refere: “entretanto, quer o Governo Regional, quer o Partido Socialista que o suporta, já divulgaram publicamente a intenção de resolver o problema, tendo um deputado do Partido Socialista afirmado que vai ser possível adoptar à Região um regulamento onde será possível legalizar a comercialização do coelho-bravo, facto confirmado posteriormente pelo Governo Regional.”

Ora, o CDS/PP sabe que já está a ser elaborada legislação que permite a comercialização e o consumo de espécies cinegéticas, mas vem pedir a esta Assembleia que aprove um Projecto de Resolução que recomenda ao Governo que faça aquilo que o Governo já está a fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por todas as razões e contradições que aqui enunciei é óbvio que o Partido Socialista terá de votar contra este Projecto de Resolução, mas congratulamo-nos mais uma vez por este Governo estar um passo à frente, ...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... ou seja, aquilo que os senhores propõem já o Governo fez ou está a fazer.
Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu espero que o Sr. Presidente se sinta à vontade, porque estamos a falar em coelhos, mas não consideramos todos os coelhos uma praga.

(Risos em tom irónico do Deputado Artur Lima)

O Sr. Deputado Artur Lima não é o único que tem piada, ou que quer ter piada aqui dentro.

(Risos da Câmara)

“Presunção e água benta cada um toma a que quer!”. Isso não é muito o meu estilo, mas queria brindá-lo com isso.

Sobre este Projecto de Resolução o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a iniciativa.

Vou falar sobre ela não por uma questão ideológica (como ontem o meu colega Jorge Macedo tentava explicar, que não era por uma questão ideológica ou meteorológica,) mas por uma questão de residente na Ilha de São Jorge.

Não tenho esses números, mas eles aferem o conhecimento que tenho no terreno.

Pôr o título “combate à praga do coelho-bravo na Ilha de São Jorge”, não é bem assim. De facto, é a zona oeste da ilha: Rosais, Santo Amaro, entra um bocadinho pelo Norte Grande e fica por aí.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): E Velas!

O Orador: Sim, Beira e Velas, isso é verdade.

Nas reuniões que tive com a Associação de Caçadores e com o conhecimento que tenho, de facto, tem havido uma diminuição da densidade.

Agora, temos que colocar isto de uma forma séria e o PP colocou de uma forma séria. Se calhar carregou um bocadinho no populismo, mas colocou de uma forma séria.

Se perguntarmos a qualquer agricultor “o senhor acha que deve haver 10 ou 5 coelhos?”, ele responde “acho que não deve haver coelho nenhum; eu não quero um coelho que seja!”.

Acho que temos que ter o discernimento que é bom haver coelhos.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): E coelhinhas!

O Orador: Neste caso concreto, o Grupo Parlamentar do PSD concorda com os considerandos que o PP aqui propõe, mas convenhamos que, por exemplo, o primeiro ponto, a questão de pagar as viagens e pacotes atractivos, é um bocadinho exagerado.

Entendo, pela percepção que tenho e pelos números que aqui foram dados, que há uma diminuição da densidade do coelho.

Passámos a ouvir muita gente a dizer que já come coelho. Eu conheço muita gente da Terceira que vem e que depois vende o coelhinho. Se calhar uma ilegalidade, porque isso ainda não está legislado, mas Sr. Secretário, entre isso e ter a praga, antes matar o coelho e vendê-lo a seguir.

O Grupo Parlamentar do PSD dá mérito à medida. De facto, foi bom trazer este assunto aqui.

Agora, nós não votamos os consideramos. Votamos as medidas.

Concordamos com os consideramos, mas achamos que as medidas se calhar estão um pouco excessivas.

Sobre aquilo que o Sr. Secretário aqui trouxe eu já tinha conhecimento de alguma matéria, falando com alguns dos agricultores.

Como disse há pouco, os agricultores não gostam de coelhos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há ou não praga, Sr. Deputado?

O Orador: Falando com a Associação de Caçadores da Ilha de São Jorge...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há ou não praga?

O Orador: Depende do que o senhor acha uma praga.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não, não! Isso é estipular!

O Orador: Se o senhor gostar de aranhas, não é uma praga, mas se eu não gostar tenho horror a elas, sabe?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os jorgenses iam gostar de ouvi-lo dizer isso!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, já agora deixe-me dizer este aparte: a sua política é da minudência, sabe?

Se calhar o que o senhor e o seu partido queriam era que alguém desta bancada dissesse que o senhor tem toda a razão.

Não! Eu estou a ser coerente, estou a ser verdadeiro. Não estou a ser popular, estou a ser social-democrata.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não é popular, é um ponto!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS e do CDS/PP)

O Orador: Não é popular, é popularucho”!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS)

Se calhar agora, o senhor é popularucho. O senhor queria que nós, PSD, votássemos junto com o PS contra, e depois dizia: “olhe, sabe, o Deputado Mark Marques, o Deputado Rogério Veiros e a Deputada Paula Bettencourt são conta os agricultores!”.

Sr. Deputado, isso não funciona assim! Isso não é assim!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Repito: o senhor não é popular, é um ponto!

O Orador: O senhor, se calhar nesta matéria, vai ficar um pouco sozinho, mas não nos tira a razão.

Concordamos com os considerandos do Projecto de Resolução, mas estamos a ser reais e conscientes. Não podemos fazer uma política de que agora os coelhos invadiram a ilha. Não!

Há muito coelho? Há, sim senhor!

Mas também faço a pergunta (haverão com certeza segundas intervenções dessa bancada e se calhar alguém do PS é que devia fazer esta pergunta, mas como estou a ser sincero, vou sempre de seguida): notam ou não uma diferença na densidade do coelho, a olho nu, de há um ano a esta parte? Eu noto! Não precisa ter números.

Eu não sou deputado só de gabinete.

Há dois dias convidei o Sr. Deputado José Cascalho a dar um passeio na minha *pick-up strakar*.

Eu corro a ilha. Sei o que estou a dizer.

Não estou a falar porque me vieram contar. Eu não sou deputado de gabinete.

Eu sou de gabinete quando é preciso, mas saio para a rua.

Há menos coelhos!

Não sei se são 3.000, se são 4.000, mas há menos!

Agora, se me perguntar: está satisfeito ou acha que se tem que fazer mais?

Não! Eu acho que a vossa proposta é meritória porque tem que haver mais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não parece!

O Orador: Portanto, não fique amuado com isso, está a perceber? Não parece?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não!

O Orador: Não! Não fique assim porque isso faz-lhe mal à saúde, Sr. Deputado.

Nesta primeira intervenção era o contributo que queria dar e como o Sr. Presidente da Assembleia viu, nós, jorgenses, até gostamos dos coelhos, desde o momento que não seja, uma praga, como é óbvio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP tendo alguma preocupação relativamente à densidade de coelho-bravo na Ilha de São Jorge, e não só, não pode dar o seu apoio a este Projecto do CDS uma vez que julgamos que arranjar pacotes de viagens, distribuir cartuchos gratuitamente, etc., etc., parece-me que não será a forma mais eficaz para combater o problema ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então qual é a forma?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Venham daí propostas!

O Orador: ... que o coelho-bravo levanta aos agricultores de São Jorge.

Como é um Projecto de Resolução não podemos fazer propostas de alteração. Estou perfeitamente disponível para discutir com os Srs. Deputados do CDS ou com outros que assim o entendam outro tipo de medidas, mas estas, de facto, não podem merecer o apoio da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

O senhor trouxe-nos uma série de informação. Parte dela já tinha conhecimento, a restante não tinha, mas quero dizer-lhe que aquela que trouxe e que eu não tinha conhecimento não me esclareceu em nada, nem me tirou as dúvidas que eu tinha em relação a que em São Jorge existe claramente praga do coelho-bravo.

Tive oportunidade de afirmar, quando fiz a apresentação do projecto, que o Governo Regional dos Açores de há um ano a esta parte tem tomado algumas medidas. Disse-o.

Também disse que essas medidas não têm sido eficazes ao ponto de eliminar aquela que continua a ser a praga do coelho-bravo em São Jorge. É essa a verdade.

Aquilo que o senhor me disse ou disse a todos em relação ao calendário venatório de 2009, que deixou de ter um limite de peças, que a caça cresceu 48%, que o número de licenças foi de 145 no calendário venatório de 2009/2010, enquanto em 2008/2009 tinha sido 98, nós sabemos isso, Sr. Secretário, e sabemos que isso é verdade.

O facto é que com esse crescimento a praga continua. É essa a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Mark Marques que aqui veio dizer que não é só deputado de gabinete, que sai, e que eu testemunho e que é verdade, sai, mas sai certamente durante o dia.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor anda a vigiar-me durante a noite? Homessa! Estou a ficar preocupado!

O Orador: Hoje vê-se menos coelhos, por uma razão muito simples, é porque com tanta caça que se tem feito – é essa a verdade – o coelho está afugentado. Ele foge. Durante o dia vê-se muitos poucos coelhos, é um facto. Mas o caçador que vai caçar à noite diz que cada vez há mais coelhos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Caça-se durante a manhã e ao fim do dia!

O Orador: Posso testemunhar que há caçadores que saem para caçar à noite e que dizem que cada vez há mais coelhos.

O Sr. Secretário disse, e bem, que há freguesias que a problemática é bastante mais acentuada, é um facto. São os Rosais, Santo Amaro, a Beira, mas está a alastrar-se, porque a parte norte da ilha começa a ter problemas com o coelho.

Friso aqui duas ou três coisas.

Primeiro, essa história dos sentidos dos coelhos só dá para rir.

Quando se anda a contar coelhos e diz-se que os Serviços Florestais da Ilha contam coelhos, eu gostava que o senhor me explicasse como é que faz essa contagem?

Deputado Mark Marques (PSD): É fácil! É quando eles estão em casa!

O Orador: O senhor vai explicar-me aqui como é que se faz sensos aos coelhos. Quero que me explique como é que se faz sensos aos coelhos.

Quero perceber como é que se conta, quantos é que estão na pastagem, quantos é questão no mato, quanto é que estão nas lours debaixo da terra...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isso é que se chama ignorância atrevida!

O Orador: Eu quero que o senhor me explique como é que é feita essa contagem.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É como se conta aves e outras coisas mais!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira faça favor de continuar.

O Orador: Depois o Sr. Secretário diz-nos que o Governo Regional tem realizado protocolos com as Associações Agrícolas de São Jorge e que esses protocolos permitem que as Associações dêem contributos perante os caçadores para que se cace os coelhos.

Gostava que o senhor nos explicasse que tipo de protocolo é, se é monetário, quais os valores em causa e o que é que essas Associações podem fazer, além do que está feito, que é pouco ou nada, em relação à correcção de densidade do coelho-bravo.

O senhor disse aqui há bocadinho, ao contrário do que o Partido Socialista estava a mandar nos apartes, e o Sr. Deputado Aníbal Pires, que não é a favor de se entregar cartuchos para a caça. Pois posso provar-lhe com facturas, cartuchos comprados à Associação de Caçadores de São Jorge, por um agricultor, que no espaço de um ano já ultrapassam os 3 mil euros de compra de cartuchos. Para um agricultor isto é muito pesado. Eu provo-lhe com as facturas do agricultor. Foram comprados oficialmente à Associação de Caçadores de São Jorge.

O senhor disse que a Associação de Caçadores tinha condições de oferecer esses cartuchos, como já o tinha feito no passado.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Não!

O Orador: O senhor acabou de frisar que a Associação tinha condições de oferecer os cartuchos, se o quisesse fazer. Foi isso que o senhor disse. Se não foi, o senhor vai dizer que não foi e vamos ouvir as suas declarações para confirmar se foi ou não o que o senhor disse.

O senhor diz que nesta última correcção de densidade do coelho-bravo e sem limite de peças (é verdade!) foram 18.600 e tal coelhos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): 18.683 coelhos!

O Orador: Pronto, 18.683!

Então vou fazer aqui um pequeno raciocínio. Peço que o senhor acompanhe comigo e que me diga o seguinte:

Há um estudo feito pela Universidade dos Açores, pelo Departamento de Biologia, em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e com a colaboração da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada que diz, entre muitas outras coisas, que a população do coelho é metade fêmea e metade macho.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Como é que o senhor sabe isso?

O Orador: Eu sei pelo estudo que está feito pela Universidade dos Açores.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não sabe como é que se conta os coelhos e sabe que metade é fêmea e metade é macho?

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Olhe, o tempo que o senhor está a esbanjar em Gins em Lisboa, devia preocupar-se com isso! Santa ignorância.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Pelo menos a minha santa, não é atrevida!

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Isto tem muita piada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Luís Silveira pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente,

De facto, o problema dos agricultores de São Jorge com a densidade do coelho-bravo é por aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo acabaram de fazer, é por levarem isto na brincadeira. O Sr. Deputado Rogério Veiros ia-se matando a rir, porque isto para ele é uma brincadeira, isto não é um problema dos agricultores de São Jorge. É uma brincadeira para os senhores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

É isso que os senhores andam aqui a fazer, andam a brincar com o trabalho dos agricultores!

Digo-lhe como é que sei. Ainda não percebi como se faz para contar coelhos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas sabe que metade é fêmea e metade é macho!

O Orador: Eu disse que havia um estudo feito por duas universidades que diz que metade da população do coelho é fêmea e a outra metade é macho. Eu frisei primeiro, antes de fazer a minha leitura.

Se foram mortos 18 mil coelhos e se existirem outros tantos, metade deles sendo fêmea são 9 mil.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Metade é fêmea e a outra metade é macho!

O Orador: Também se diz que a população do coelho se reproduz 3 ou 4 vezes por ano. Agora está na sua altura de reprodução.

Se cada fêmea se reproduzir 3 a 4 vezes por ano e se der em média 3 a 4 coelhos que é aquilo que o estudo também diz – estou a falar com base no estudo que li – ao fim de um ano temos 108 mil coelhos reproduzidos.

Para 18 mil que foram abatidos restam 90 mil.

(Risos do Secretário Regional da Economia)

O senhor está a rir-se? Vai contrapor-me isto! Eu quero que o senhor me explique.

Pode dizer-me: se durante o ano se vai reproduzir 108 mil com base nessas 9 mil fêmeas, que é o que consta do estudo que está feito relativamente à reprodução (acho que com essa o senhor concorda, porque é aquela que consta de outros estudos, eu enumerei um mas há outros) se forem abatidos mais 18 mil restam 90 mil, Sr. Secretário. É essa a verdade.

E se me disser que entretanto ainda se vão abater mais porque vai crescer o abate... Vai! Mas a primeira reprodução deste ano já se está a reproduzir também e essa não está contabilizada nos 108 mil.

Isto é uma praga, Sr. Secretário!

Basta ler esse estudo e ver que no final da década de 80, início de 90, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Deputado Mark Marques ouça!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu disse que não era?

O Orador: ... houve este problema em São Jorge e é sabido por todos.

Na altura, o Sr. Presidente da Associação Agrícola de São Jorge era o actual Presidente da Câmara das Velas, o Manuel Silveira e ex-deputado desta Casa.

Vejam as afirmações que o senhor fez na altura enquanto Presidente da Associação Agrícola, vejam os pedidos que foram feitos ao Governo na altura do PSD (e esse senhor Presidente de Câmara hoje era do PSD) e o que é que o PSD fez.

O PSD hoje está a criticar.

Deputado Mark Marques (PSD): Criticar, o quê?

O Orador: Veja o que é que fez no final da década de 80, início da década de 90, o PSD, para acabar com a praga do coelho-bravo em São Jorge.

Está aqui no estudo. Posso facultar para verem o que foi feito e aplicado. As medidas foram muito mais drásticas.

O Sr. Presidente da Associação Agrícola da altura, o Sr. Manuel Silveira, fez afirmações, e eu posso provar, de que foi injectado o vírus no coelho para bem de o eliminar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda a isto!

O Orador: São estas as declarações do Sr. Presidente da Associação Agrícola no ano 89, um ex-deputado desta casa e actual Presidente da Câmara de Velas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É isso que quer fazer?

O Orador: Eu não estou a dizer que quero fazer.

O que queremos fazer foi aquilo que foi feito pelo Governo do PSD na altura e pelo Presidente da Associação Agrícola na altura. Hoje é PS, mas na altura era do PSD e pouco me importa de que partido é que ele é. Antes ele já foi do CDS e por isso para mim “tanto se me dá como se me deu!”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda vai ir parar ao PCP!

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Ainda vai passar para o PC!

O Orador: Sra. Deputada Paula Bettencourt, lamento uma vez mais que venham os Deputados do Partido Socialista de São Jorge, neste caso na sua pessoa (foi-lhe atribuída uma missão muito ingrata!), vir aqui defender o indefensável.

A senhora vem defender a opinião do Sr. Secretário e do Governo...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está enganado!

O Orador: ... e não vem defender, não a opinião, mas a dificuldade, que é uma coisa diferente, que o agricultor de São Jorge está a ter neste momento.

A senhora tem noção de quanto é que boa parte daqueles agricultores estão a gastar mensalmente para conseguir manter os seus animais com rações?

A senhora não tem a percepção disso!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda!

O Orador: Esses agricultores triplicaram o gasto, com provas dadas, na mesma época, de facturação de compra de rações aos fornecedores. Triplicaram a compra da ração para conseguir manter os animais.

A senhora sabe que a vaca leiteira em São Jorge não pode ser alimentada, por exemplo, com folhagem de erva, porque produzimos queijo de São Jorge à base de leite cru. A senhora sabe isso.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Não sei, porque sou burra!

O Orador: Não é burra, mas faz-se de burra. É uma coisa diferente.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Não!

O Orador: A senhora não é! A senhora faz-se!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é linguagem para aqui!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os senhores não estejam a tentar disfarçar o assunto.

A Sra. Deputada mandou um aparte a dizer, “é porque eu sou burra!”. Repito: a

Sra. Deputada mandou um aparte a dizer “é porque eu sou burra!”.

Eu respondi: a senhora não é, faz-se!

Ela não é! Ela está a fazer-se de... Ela sabe perfeitamente as dificuldades que vivem os agricultores de São Jorge.

Deputado Ricardo Cabral (PS): O seu estilo é muito baixinho!

O Orador: Sr. Deputado Ricardo Cabral, eu não venho para aqui com uma folhinha, sempre a mesma do início da legislatura, ler.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do Deputado Artur Lima)

Deputado Ricardo Cabral (PS): O senhor está muito nervoso!

O Orador: Sabe por que é que estou nervoso? Vou dizer-lhe por que é que estou nervoso. De facto, estou nervoso por ver a insensibilidade que o Partido Socialista e o Governo têm por uma matéria tão grave e que não é novidade nesta casa.

Eu fui criticado há poucos dias na comunicação social, pelo Sr. Deputado do Partido Socialista de São Jorge, porque tenho feito muitas aparições a falar de agricultura. Isso parece que é um problema!

Aparições, foi o termo usado!

“O Sr. Deputado do CDS tem aparecido muitas vezes na comunicação social a falar sobre agricultura, vezes a mais!

O Sr. Deputado faz requerimentos a mais!”

Como se isso fosse um problema, defender os problemas que as pessoas trazem e que tenho sensibilidade para eles.

Deputado Rogério Veiros (PS): Está a discutir os coelhos ou os artigos de opinião?

O Orador: Eu estou a discutir aquilo que eu quero dentro do meu tempo regimental, Sr. Deputado.

Os senhores têm falta de sensibilidade para este assunto, os senhores têm falta de ir junto aos agricultores e não fazer aquilo que têm feito.

Sr. Secretário, este assunto do coelho-bravo já foi, inúmeras vezes trazido por mim a esta casa, com inúmeras iniciativas. Não foi só por mim, foi trazido pelas Associações Agrícolas ao Sr. Secretário, foi pedida uma reunião pelos agricultores ao Sr. Secretário, mas o senhor não quis dar a cara a eles, porque marcou a reunião às 4 horas da tarde e apareceu às 6 horas, à hora que eles iam às vacas. Ficaram dois ou três. É essa a verdade.

Para já fico-me por aqui.

Presidente: Serenidade e elevação, Srs. Deputados, é o que vos peço.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente é para um protesto.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem sido recorrente da parte do CDS/PP, em algumas matérias, quando está claramente a perder o debate e quando não tem já argumentação para sustentar as suas posições, atacar e insultar os Deputados do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É para assinalar no diário das sessões e para registar essa postura lamentável que o Sr. Deputado Luís Silveira teve com a Sra. Deputada Paula Bettencourt, do Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Demagogia!

Presidente: Tem a palavra para um contra-protesto o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Parece que estamos aqui numa casa de virgens e para usar ali o termo do Sr. Secretário da Economia ontem, o Parlamentarismo vestal.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é vegetal, é vestal!

O Orador: Vestal, Sr. Secretário!

A Sra. Deputada Paula Bettencourt é que utilizou o termo “burra”.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não foi por essa via!

O Orador: E o que o Sr. Deputado Luís Silveira disse, sem querer ofender ninguém, foi “ não é burra, mas às vezes faz-se!”. Portanto, isso não ofende rigorosamente ninguém, nem foi com intenção de ofender ninguém.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado deve um pedido de desculpas à Sra. Deputada do PS!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça o favor de continuar.

O Orador: A intenção obviamente não foi ofender ninguém. No calor do debate, a Sra. Deputada trouxe o adjectivo “burra” e o Sr. Deputado disse “não é”. Ponto final. Parágrafo.

Não chamou de burra a ninguém.

O Partido Socialista à falta de argumentos e a recorrente do Sr. Deputado Berto Messias vem aqui, na sua condição de chefe vestal, defender e fazer um numerozinho de diversão.

Deputado Berto Messias (PS): É que o senhor insiste no registo!

Esperava-se outra postura de si!

O Orador: Concentre-se na matéria.

Não houve intenção do CDS, e muito menos do Deputado Luís Silveira, ofender a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

Se a Sra. Deputada se sente ofendida, nós, com certeza, pedimos desculpas à Sra. Deputada, porque não somos arrogantes, nem prepotentes como os senhores são.

Ficou bem explicadinho o que aqui se passou.

Agora os senhores querem um *fait divers* para divergir da matéria fundamental que é não defender a terra e os interesses dos Açores.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 30 minutos.

Até já, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 11 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta questão do coelho e tendo em conta que o Deputado Rogério Veiros também é visado no preâmbulo deste diploma, gostaria de vir a debate para esclarecer aqui algumas questões.

Em primeiro lugar, em São Jorge, o assunto da alta densidade de coelhos que existe, sobretudo na parte poente da Ilha de São Jorge, nomeadamente nas freguesias de Rosais, Velas e Santo Amaro é um problema que aflige muitos agricultores e sobretudo a agricultura em São Jorge. Todos nós sabemos disso. É um problema que tem que ser levado a sério e tem que ser trabalhado em parceria com os agricultores, as Associações Agrícolas, o Governo Regional e com os caçadores.

Não é um problema para estarmos a fazer politiquice sobre esta matéria.

Por isso gostaria aqui de dizer que o Sr. Deputado Luís Silveira não está mais preocupado com este assunto do que os restantes deputados ou os restantes partidos no plenário, ou até mesmo os agricultores e as Associações Agrícolas.

Acho que o Sr. Deputado Luís Silveira devia perceber que este assunto revolve-se no terreno, com trabalho. Não é a fazer projectos de resolução que em nada vão contribuir para a resolução deste problema.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima tenha calma, se faz favor.

Gostaria de dizer várias questões.

Primeiro: se o Sr. Deputado Luís Silveira, se o político Luís Silveira, que é simultaneamente Deputado e Presidente de Junta, está tão preocupado com este assunto, deve iniciar o trabalho, mas não está a trabalhar, na nossa opinião, da forma mais correcta.

Primeiro, faz um Projecto de Resolução que tem contradições e que ele próprio não pode, em muitos casos, ser posto em prática, porque era abrir um precedente gravíssimo, na nossa Região.

O Sr. Deputado Luís Silveira vem à Assembleia e faz uma proposta de Projecto de Resolução. Não traz aqui outros meios que estão ao seu dispor. Ou seja, esse Projecto de Resolução só pode ser alterado pelo proponente.

Se o senhor estivesse interessado em resolver o assunto dos agricultores de São Jorge, vinha aqui sem ser através desta figura para que todos pudéssemos trabalhar neste documento e trabalhar em prol e a bem dos agricultores de São Jorge.

Mas fica provado, através do Projecto de Resolução, que o senhor o que quer fazer é política e isso sim é que é falta de respeito por aqueles agricultores que estão a ser gravemente atacados pela alta densidade de coelhos em São Jorge.

O Sr. Deputado Luís Silveira, o político Luís Silveira, que também é Presidente de Junta, numa das freguesias onde temos graves problemas com o coelho, não tem feito grandes acções na sua freguesia para ajudar os agricultores e estar ao lado deles.

É mais fácil vir para a comunicação social fazer conferências de imprensa e apresentar projectos de resolução do que trabalhar no terreno.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Coisa que o senhor não faz!

O Orador: O senhor pode dizer que a sua Junta não tem dinheiro nem capacidade financeira para resolver o problema.

O Sr. Deputado Luís Silveira e a sua Junta por acaso dirigiram-se aos serviços para apanhar a listagem de caçadores interessados em ir a São Jorge e divulgar a sua freguesia como um destino de turismo cinegético?

Não! Zero!

O Sr. Deputado Luís Silveira por acaso já reuniu na sua freguesia os caçadores e todos os caçadores da Ilha de São Jorge para irem fazer uma batida e uma caçada ao coelho na sua freguesia?

Não! Zero!

É mais fácil vir aqui dizer ao Governo para fazer aquilo que está a ser feito, para depois colocar no seu boletim “nós conseguimos!”.

Conseguem com o trabalho dos outros, Sr. Deputado.

É preciso trabalhar no terreno.

O Sr. Deputado Luís Silveira fica muito ofendido por se rirem quando o senhor pergunta como é que se conta coelhos.

Sr. Deputado, conta-se coelhos em São Jorge, como se conta qualquer outra espécie pelo mundo fora, pelos cientistas e pelos estudiosos dessa matéria que fazem os relatórios que o senhor muito bem lê e chegam à conclusão que metade era fêmeas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: É da mesma forma que se conta, Sr. Deputado. E depois o senhor fica ofendido de se rirem.

Então se o senhor se contradiz nas suas afirmações, não quer que se riam de si? Sr. Deputado, não viemos aqui rir do problema do coelho em São Jorge, nem dos agricultores.

Estamos a rir das suas contradições.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Outra questão:

Há quem acuse nesta casa o Partido Socialista de fazer divulgação do turismo dos Açores com bares abertos.

Pasme-se! Há partidos que trazem aqui projectos de resolução que dizem que se pague as passagens, os cartuchos, pague-se tudo para termos turistas!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mentira! Mentira! O senhor é mentiroso!

O Orador: Não é assim que devemos ter turismo, nem é assim que tiramos resultado e proveito desta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mentira!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor recorre sempre a esse tipo de afirmações todas as vezes.

O debate quando não lhe convém escama-se sempre para esse lado e o senhor já foi avisado hoje.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mentira o que o senhor está a dizer!

O Orador: Sr. Deputado, temos trabalhado em parceria com as Associações Agrícolas. Se o Sr. Deputado reunir com a Associação Agrícola vê o trabalho que está a ser feito com o Governo Regional em parceria com a Associação Agrícola.

O problema é grave, vai-se agravar nos próximos meses tendo em conta o ciclo reprodutor dos coelhos e o que temos que fazer é continuar o trabalho que estamos a fazer junto da Associação Agrícola, junto dos agricultores, e trabalharmos todos, mas no terreno, Sr. Deputado, não é fazer política para os órgãos de comunicação social, porque isso não resolve o problema dos agricultores.

Resolve-se o problema dos agricultores no terreno, ali a trabalhar. É isso que temos que fazer e convido o Sr. Presidente de Junta a juntar-se à Associação Agrícola e ao Governo Regional a trabalhar para o bem dos agricultores de São Jorge e a fazer menos política sobre esta matéria e mais trabalho. É disso que precisamos em São Jorge.

Quanto aos artigos de opinião, Sr. Deputado, estamos a discutir um Projecto de Resolução, não estamos a discutir os artigos de opinião, mas se o senhor quiser discutir essa matéria e as suas aparições na agricultura, em que chegou a colocar em causa a imagem do queijo de São Jorge no mercado nacional, também podemos falar sobre essa matéria, porque o senhor sabe muito bem que muitas das vezes temos que ter cuidado com aquilo que dizemos e com aquilo que afirmamos para não prejudicar a economia regional, a economia das nossas ilhas e a sustentabilidade das nossas ilhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: A Mesa entende que é melhor não se falar em artigos de opinião e falar-se da resolução, se for possível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria queria dizer, em 30 segundos, o seguinte:

O Grupo Parlamentar do PSD encarou e encara este assunto com responsabilidade e seriedade. Não usámos aqui demagogia nenhuma.

Não somos contra!

O Sr. Deputado Artur Lima, quando o Sr. Deputado Luís Silveira referiu as declarações que o então Presidente da Associação Agrícola, ex-deputado Manuel Silveira e actual Presidente de Câmara fez, nos seus apartes referiu “Responda! Responda!”.

Neste Grupo Parlamentar cada um responde pelos seus actos. Portanto, muito menos eu iria responder pelo que foi dito há anos atrás por uma pessoa que eu não tenho responsabilidade nenhuma sobre o que ele disse.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD entende este assunto como sério. Concorde com o facto de se falar no assunto e de uma forma responsável, séria, honesta e verdadeira eu disse neste plenário e perante o Sr. Secretário aquilo que conhecia *in loco* sobre a praga dos coelhos.

Reconheço que tem sido feito um esforço nesse sentido. Outros quiseram levar isto um pouco mais para a brincadeira, como o Sr. Deputado Luís Silveira que disse que “os coelhos escondem-se”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Santa ignorância! O coelho tem inteligência!

O Orador: Não sei do que é que se escondem. Se calhar há muito caçador. Então se há muito caçador está no caminho certo.

O que há aqui é a nossa posição. Aquilo que foi dito pelo Deputado Rogério Veiros, na parte das propostas, pagar a caçadores todas as viagens e mais isto, e mais aquilo, e mais aqueloutro, quando a própria Associação de Caçadores...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mentira! O que o senhor está dizendo é mentira!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Mark Marques.

O Orador: Eu gosto que o Sr. Deputado Artur Lima fique satisfeito, porque ele depois almoça mal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Projecto de Resolução não diz isso. Isso é mentira!

O Orador: Quando o Presidente da Associação de Caçadores da Ilha de São Jorge entende, com as parcerias feitas em colaboração com os serviços florestais, que está gradualmente a fazer o controlo da densidade, regular e paulatinamente, como se deve fazer e não de uma forma – penso que não o vou ofender – “hitleriana”, que é dar cabo da raça de um dia para o outro...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... não quero deixar com isto de dizer que está no caminho certo.

Também quero deixar bem claro para memória futura (que fique no Diário das Sessões), que o Grupo Parlamentar do PSD considera que o coelho – respondendo à sua pergunta, Sr. Deputado Artur Lima – na Ilha de São Jorge ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A si não lhe faço perguntas!

O Orador: O senhor além de estar mal disposto, ainda por cima é arrogante, mas não vou usar a linguagem que, há pouco, deputados da sua bancada usaram. Vou manter o nível.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PSD considera o coelho na Ilha de São Jorge, na parte oeste e nalgumas zonas como aqui foi referido, uma praga. Entende que também está com os agricultores sobre essa matéria.

Não queremos fazer política demagógica. Não estamos contra o Projecto de Resolução do PP. Achamos que o Projecto de Resolução foi oportuno e consideramos que os considerandos estão correctos, mas não estamos a favor de medidas (acho que é um autêntico disparate) em pagar tudo e a todos para irem a São Jorge, quando a própria Associação de Caçadores irá conseguir isso através da cooperação que tem tido com os serviços.

O nosso voto neste Projecto de Resolução será de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que eu não me faço de nada. Eu sou aquilo que sou e sou a mesma pessoa aqui, como sou a mesma pessoa em São Jorge e em qualquer lugar.

Relativamente ao Sr. Deputado Luís Silveira eu não teço considerações pessoais, pois nesta Assembleia o senhor é apenas meu colega e é assim que me dirijo a si e a qualquer outro deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Voltando ao tema da nossa discussão gostaria de lhe dizer que o Partido Socialista não tem problemas nem se incomoda com as conferências de imprensa e com os projectos de resolução do CDS/PP.

Com aquilo que nós nos preocupamos e com aquilo que não concordamos é com este Projecto de Resolução em particular e, como já referi anteriormente, porque este Projecto de Resolução está repleto de contradições e porque das medidas apresentadas pelo CDS/PP algumas já estão a ser tomadas pelo Governo e outras não resolvem a questão tal como eu já referi na minha primeira intervenção.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente aos censos que são efectuados pelos serviços florestais de todas as ilhas e concretamente no caso da Ilha de São Jorge pelo Serviço Florestal da Ilha de São Jorge, gostaria de informar o CDS/PP que estes são efectuados segundo um método científico e parece-me mal que o senhor venha pôr em causa nesta Assembleia o trabalho que é feito pelas pessoas que muito dignamente trabalham diariamente na Ilha de São Jorge.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria de colocar ao Sr. Deputado Luís Silveira a seguinte questão:

Qual é o método científico utilizado pelo Sr. Deputado e pelos caçadores que o senhor conhece e que aqui referiu, que permitiu identificar que a densidade de coelho não tem vindo a diminuir?

Ainda relativamente à agricultura, gostaria de lhe dizer mais uma vez que o senhor incorre em considerações pessoais ao afirmar que eu não tenho sensibilidade para com os agricultores e para com a agricultura, pois eu não teço quaisquer considerações quanto à sua sensibilidade. Agora, a minha sensibilidade, a minha grande proximidade e o meu respeito pela agricultura e

pelos agricultores, não me permitem, nem permite ao Partido Socialista, aprovar este Projecto de Resolução cujas medidas evidentemente não resolvem a situação.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de manter as minhas intervenções, e esta nomeadamente, com alguma elevação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP) e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... e sem fazer referência a pequenas provocações que, no meu entender, por rastejantes, não merecem qualquer resposta.

Gostaria também de dizer e reafirmar de uma forma muito intensa que a sensibilidade do Governo Regional para a questão do coelho-bravo na Ilha de São Jorge não é trazida agora pelo CDS à discussão nesta casa, porque desde o início de 2009, como tive oportunidade de recordar, temos tomado todas as medidas que estão ao nosso alcance para ajudar agricultores e caçadores, e connosco o Governo, a combater o excesso de densidade de coelho nalgumas localidades de São Jorge, nomeadamente e em particular na freguesia dos Rosais, de Velas e de Santo Amaro, que é aí que se revela a maior incidência de coelho-bravo na Ilha de São Jorge.

Gostaria também de dizer que neste momento temos 14 pedidos de correcção de densidade, todos eles já a serem despachados para continuarmos esse trabalho.

Gostaria também de dar uma informação ao Sr. Deputado Luís Silveira relativamente àqueles números que há pouco aqui indicou.

Dos 18.683 coelhos mortos, estamos a referir apenas coelhos caçados no âmbito dos pedidos de correcção da densidade.

Não estamos aqui com os números da caça, do nascer do sol ao pôr-do-sol. Portanto, estes números são só das correcções de densidade e assim deve continuar a ser a recolha que nós fazemos nos serviços...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Assim ainda é pior!

O Orador: Sr. Deputado, então se caçam do nascer do sol ao pôr-do-sol coelhos que não estão nesses números, que estão para além desses números, as suas contas estão completamente erradas. É bem perceptível, Sr. Deputado.

De qualquer maneira eu queria dizer que quando se fazem censos ao coelho e a outra espécie qualquer, seguem-se procedimentos técnicos que são aconselhados por várias entidades, nomeadamente de natureza científica. São os mesmos procedimentos que seguiram naturalmente no estudo que o Sr. Deputado aí referiu da Universidade dos Açores. É da mesma maneira que se fez essa contagem.

Em todo o caso, se o Sr. Deputado quiser (não vou plagiar a ideia do Deputado Mark Marques de ir com o senhor, na sua carrinha *pick-up*, visitar a ilha de São Jorge) ...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas vou consigo e com ele!

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário vai na caixa!

O Orador: ... mas aconselho-o, se calhar, a acompanhar o trabalho dos serviços florestais na Ilha de São Jorge, nomeadamente, e ver como é que eles fazem os censos e como é que fazem as contagens do coelho.

Ficar-lhe-ia muito grato que o senhor acompanhasse, para ver como é que tecnicamente esses trabalhos se desenvolvem no terreno.

Gostaria também de vos dizer que esses trabalhos são desenvolvidos também em parceria com entidades do conhecimento científico.

O Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos tem-nos dado um aconselhamento permanente relativamente a esta matéria.

Ainda na semana passada, na sexta-feira, estive em São Jorge um dos elementos deste Centro de Investigação, o Prof. David Gonçalves, que face às contagens e aos censos feitos na Ilha de São Jorge, que estão a ser apurados quinzenalmente, diz que os resultados dos censos do coelho que se têm verificado em São Jorge revelam, na sua opinião, que a tendência é de decréscimo das populações de coelho-bravo, nomeadamente naquelas freguesias que ele referiu.

Tem aqui o gráfico que nos apresentou do trabalho que está a desenvolver.

O que temos que continuar a fazer, Sr. Deputado, é, em colaboração com a Associação Agrícola da Ilha de São Jorge, nomeadamente concedendo-lhe o apoio financeiro, porventura até superior ao que tem sido até agora (não estou a dizer que tudo o que se deu foi suficiente), continuar a desenvolver todo o seu trabalho, como tem feito, interessando caçadores. Foram vários os caçadores, quer do Continente, quer doutras ilhas que se deslocaram a São Jorge. Temos que continuar esse esforço de cooperação com a Associação Agrícola, com as Associações de Caçadores e com os serviços a dar todo o apoio a este esforço que se faz, no sentido de reforçar o esforço de caça diurna e no sentido de apoiar todos os pedidos de correcção de densidade que normalmente são feitos e são feitos mesmo durante a noite.

Não precisamos de entrar com propostas meias vândalas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Meias vândalas? Isso é que é ofensivo!

O Orador: ...para tratar do assunto do coelho-bravo.

Obrigado, Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para intervir neste debate porque considero que o Sr. Deputado Rogério Veiros proferiu uma afirmação que não é correcta e que é

importante contra-argumentar em relação ao papel desta Assembleia no debate de questões de âmbito local.

Sr. Deputado, projectos de resolução sobre questões locais, são ou não admissíveis nesta Assembleia? São! Não só são como é dever dos deputados das diversas ilhas apresentar estes problemas.

O Sr. Deputado pode dizer: eu tenho outros canais de comunicação porque pertenço ao partido que governa! Eu considero que esses canais também não são ilegítimos. Agora não pode considerar que os partidos da oposição, quando apresentam projectos de resolução, estão a fazer política de uma forma irregular.

Nesta Assembleia estamos a fazer política. Fazer política é algo honesto!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Fazer política é o nosso dever e esta Assembleia é evidentemente um ponto de debate político.

Falou na questão da política como se fosse algo de negativo. É isto que afecta a credibilidade dos políticos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quando os políticos absorvem expressões de desrespeito pela actividade política que muitos populistas e demagogos ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... realizam fora da actividade política, no sentido de criar uma desconfiança em relação à actividade que os políticos realizam de uma forma honesta, representando as pessoas e apresentando os seus problemas no sentido de cumprir aquela que é a nossa obrigação, o Sr. Deputado ao realizar um discurso desse tipo, é um discurso demagógico que não é aceitável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É cavalgar a demagogia!

É cavalgar o descontentamento nos sectores da população que não acreditam na democracia e no sistema parlamentar (tem aí constantemente nos jornais, na opinião pública).

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Grande lição!

O Orador: É profundamente desprestigiante para a classe política, desprestigiante para o trabalho que aqui estamos a fazer, dizer que estamos a fazer política. Pois estamos a fazer política.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Estamos a fazer política no sentido de corresponder às necessidades das populações.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E quanto ao coelho?

O Orador: Portanto, quando se apresenta um Projecto de Resolução sobre um problema concreto é benéfico, estamos a corresponder àqueles que são os nossos deveres e as expectativas da população.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Sabe o que é que é negativo, Sr. Deputado?

O que é negativo é não apresentar soluções à população, não discutir os problemas locais, por mais insignificantes que pareçam...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... e só discutirmos aqui as teorias do Sócrates, de Platão ou de Max.

Não! Temos que nos baixar para os problemas das populações, temos que ouvir os problemas, temos que os discutir e temos, fundamentalmente, que resolver essas questões. É isso que temos que fazer.

Deputado Berto Messias (PS): E o que é que o Sr. Deputado acha dos coelhos?

O Orador: Nesse sentido considero que o seu discurso caiu perigosamente na demagogia, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o seu não!

O Orador: ... no descrédito da classe política, no descrédito do Parlamento, no descrédito dos nossos instrumentos e no descrédito da actividade política. Isto é profundamente negativo.

Tinha que lhe dizer isto, Sr. Deputado, porque senão, vamos continuar aqui, cada vez que se apresenta um Projecto de Resolução para corresponder a um

problema local, a ouvir dizer “o senhor vem aqui fazer política!”. Então estamos aqui a fazer o quê?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Isto aqui é o quê?

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Grande lição!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Tenho todo o respeito por si, todo o respeito por esta Assembleia, como qualquer um de nós.

O que eu disse não foi aquilo que o senhor entendeu. Das duas, uma: ou expressei-me mal, ou o senhor percebeu mal. O que me referi foi ao conteúdo deste Projecto de Resolução e não à legitimidade que qualquer um de nós tem aqui para trazer projectos de resolução.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Percebeu mal!

O Orador: Referi-me à forma como o PP quer resolver o problema através de um Projecto de Resolução e ao conteúdo do mesmo.

Eu não faltei ao respeito à democracia, nem faltei ao respeito a ninguém sobre essa matéria.

O que eu acho é que depois daquilo que eu afirmei, daquilo que eu expliquei, daquilo que o Sr. Secretário muito bem explicou e que a Sra. Deputada muito bem explicou, o senhor das duas, uma: ou não percebeu, ou não leu o Projecto de Resolução. Como não leu o Projecto de Resolução mais uma vez levantou-se para tecer comentários sobre essa matéria.

Por isso, Sr. Deputado, eu não faltei ao respeito, nem falto ao respeito aos senhores agricultores. Eu tenho muita honra em ser político...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eu também! Muita honra!

O Orador: ... muito respeito pelos políticos.

Sou contra, muitas vezes, à forma como se faz politiquice. Isso não honra nada a nossa acção enquanto parlamentares e enquanto políticos, Sr. Deputado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rogério Veiros:

O senhor terminou: não gosto da politiquice!

Já está a cair outra vez nos adjectivos. Nós não nos compreendemos, Sr. Deputado.

Eu tenho o maior respeito por si. Agora, acho que é fundamental em democracia e no Parlamento evitar a politiquice.

O senhor não percebe que ao estar a utilizar este adjectivo que está a descredibilizar a actividade política?

O que é que quer que eu lhe diga?

Se não consegue perceber isto que é tão simples, quando utiliza adjectivos do tipo fazer política (utilizou este adjectivo!) e apresenta projectos de resolução sobre estas questões. Então o que é que quer que se apresente? Apresenta-se iniciativas, evidentemente.

Descredibilizou um instrumento, o Projecto de Resolução. Disse: “vêm aqui fazer política” e agora disse “fazer politiquice”.

Deputado José Lima (PS): E os coelhos, Sr. Deputado?

O Orador: Estava a alertar-lhe, Sr. Deputado, no sentido de que esse tipo de discurso (o cavalgar, o descontentamento, a demagogia) é negativo.

Deputada Paula Bettencourt (PS): E os coelhos, Sr. Deputado?

O Orador: Como eu considero que é legítimo e faço o meu dever de apresentar projectos de resolução sobre questões locais, eu considerei que esse seu discurso não era um discurso adequado. Mantenho essa posição e a sua última intervenção reforçou a minha convicção, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Estamos aqui a discutir os coelhos em São Jorge, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque termina exactamente com o adjectivo que lhe estava a condenar, que era a politiquice, outra vez condenando a actividade política e

descredibilizando enquanto actividade, que é uma actividade de mérito e é uma actividade essencial para as populações.

A política é fundamental! A política não é negativa!

Estamos aqui a representar os anseios, os projectos da população e aquela que é a sua opinião.

Nesse sentido estamos aqui a discutir os problemas que lhes interessam. Isso é que é o parlamentarismo! Significa que nós representamos as pessoas e para as representar temos que discutir os seus assuntos concretos.

Cada vez que um político faz um discurso demagógico e populista, eu vou intervir e condenar este tipo de declarações, este tipo de iniciativas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já é o “terceiro” caçador do Grupo Parlamentar do PS a falar, mas, de facto, ainda nenhum acertou no problema, que é o coelho.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Gostava que o Sr. Deputado Rogério Veiros, e para acabar com esta questão de uma vez por todas, me explicasse e nos explicasse aqui, quem é que está nesta casa a fazer politiquice.

Se quando um grupo parlamentar ou um deputado regional apresentam a esta casa requerimentos e projectos de resolução está a fazer politiquice, quero que o senhor me explique que respeito é que o senhor tem pelos políticos. Eu ainda não percebi e fico a aguardar a resposta, Sr. Deputado, em relação às suas afirmações da minha politiquice, da minha demagogia e daquilo que eu procuro, que é protagonismo. É isso que o senhor tem dito aqui dentro.

Em relação ao Projecto de Resolução, mais concretamente, parece-me que não nos estamos a entender.

Parece que o CDS/PP está nesta casa a inventar um problema que não existe.

Para a bancada do Partido Socialista e do Governo Regional está tudo bem, porque o Governo Regional já tomou inúmeras iniciativas e desde o início de 2009 está atento e está a tentar resolver, e a resolver bem, o problema.

O Sr. Secretário vem dizer que o CDS/PP trouxe hoje, a esta casa, o problema.

O CDS/PP trouxe este problema a esta casa há quase dois anos atrás, através de requerimentos, através de declarações que fiz dentro deste plenário chamando a atenção do Sr. Secretário para o assunto.

Hoje, o CDS/PP traz mais um recurso que tem, que é o Projecto de Resolução e é chamado pelo Partido Socialista de politiquice.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista de São Jorge vêm dizer que a minha politiquice não passa disso mesmo, em querer protagonismo, porque dizem que enquanto Presidente de Junta, para tentarem fugir ao assunto, ainda não fiz nada.

Digo ao Sr. Deputado e ao Sr. Secretário que o Presidente da Junta de Freguesia não foi pedir listagem nenhuma, até porque se fosse não lhe davam. Já foram pedidas outras e foram negadas. O que me disseram foi: faça um requerimento e peça por escrito, porque não estamos autorizados a entregar. Não foi em relação aos coelhos, mas foram outras e se quiser posso dizer-lhe quais foram, relacionadas com o sector agrícola de São Jorge.

O Presidente da Junta dos Rosais e deputado regional tem falado com os Serviços Florestais de São Jorge inúmeras vezes sobre este assunto.

O Presidente da Junta e deputado tem falado com o Presidente da Associação Agrícola...

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

O Orador: ... que me responde “oh Luís, eu queria fazer mais, mas não consigo, eu não posso, eu sinto-me impotente para resolver a situação”. São as palavras que me foram transmitidas pelo Sr. Presidente da Associação Agrícola de São Jorge.

Também tenho falado com a Associação de Caçadores de São Jorge.

Eu não vim para aqui com demagogia, como os senhores dizem, nem vim fazer politiquice.

Eu tenho falado com os caçadores, com os agricultores, com as associações. Tenho procurado inteirar-me do problema deles e tenho tentado arranjar soluções.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Coisa que os senhores não fizeram!

O Orador: Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Rogério Veiros, mas primeiro quero dizer-lhe que o meu problema não é com a minha freguesia. O meu problema é com a ilha...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... e com aquelas freguesias que estão afectadas e com aquelas que serão afectadas porque o coelho está a alastrar a elas, porque se inicialmente era nos Rosais, hoje já são duas ou três. Amanhã será com quatro ou cinco. O problema é esse.

O Governo tem desvalorizado dentro desta casa, continuamente, a situação desde que nós a denunciámos e o problema agrava-se de ano para ano e de mês para mês.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Isso é mentira!

O Orador: É essa a verdade!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É mentira!

O Orador: Há mais coelhos e o problema está a agravar-se.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Deputado, isso é mentira!

O Orador: Respondam-me em concreto, Sr. Deputado e Sr. Secretário:

O Presidente da Junta vai reunir os caçadores de São Jorge para fazer uma batida nos Rosais. Segundo o senhor, eu só me preocupo com a minha freguesia. Como é que eu o faço se esses caçadores, oficial e legalmente, não o podem fazer?

Os senhores dizem que o Projecto de Resolução ao ser colocado em prática é ilegal em muitas matérias. Não é verdade.

O Governo Regional tem autonomia de abrir a correcção da densidade, durante um determinado tempo, que é o que nós propomos, sem qualquer formalidade. Tem legitimidade de o fazer e é legal.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas tem que ser requerida!

O Orador: Mas os senhores preferem que se faça o seguinte:

Para o agricultor, como não tem nada para fazer, os senhores criam mais uma série de burocratização. O agricultor tem que se dirigir aos serviços florestais, tem que fazer prova dos seus terrenos, tem que levar o nome de 3 caçadores e eles só podem caçar nos seus terrenos. Ao fim de 30 dias tem que ir apresentar um relatório com quantos coelhos foram apanhados nos seus terrenos.

Se não o fizer durante 5 dias após os 30 dias, fica durante dois anos proibido de caçar dentro dos seus terrenos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O Sr. Deputado sabe que não é nada disso que se faz!

O Orador: É isso que os senhores querem continuar a fazer?

Numa situação dramática como esta não pode liberalizar durante dois ou três meses para que toda a gente possa caçar?

Sr. Deputado Rogério Veiros, eu reúno os caçadores da Ilha de São Jorge e levo-os para os Rosais e ponho-os todos a caçar em qualquer terreno, porque é para fazer uma batida, quando a lei não o permite e os senhores não querem que assim seja.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Isso queria eu fazer, por isso o Projecto de Resolução assim o diz.

Fico a aguardar as suas respostas numa segunda intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

As contradições do Projecto de Resolução continuam.

Uma coisa é correcção da densidade. A correcção da densidade é a única forma que temos legalmente de permitir que durante a noite se abatam coelhos.

Outra coisa é a caça que é autorizada do nascer do sol ao pôr-do-sol.

São duas coisas diferentes, Sr. Deputado.

O seu Projecto de Resolução o que quer é liberalizar a caça nocturna.

Face aos instrumentos legais que temos e à lei que está aprovada neste País, e vivemos num estado de direito, não podemos liberalizar a caça nocturna.

Uma coisa é caça! Outra coisa é correcção de densidade!

O senhor está aqui no conflito de duas questões, Sr. Deputado. Vamos ficar esclarecidos sobre esta matéria.

Segunda matéria: sobre as questões da politiquice eu já respondi ao Sr. Deputado Estêvão sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que está a fazer politiquice?!

O Orador: Já respondi, Sr. Deputado, sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! Quem é que está a fazer politiquice?!

O Orador: Outra questão, Sr. Deputado.

Temos que resolver o assunto no terreno, com os agricultores, com as Associações Agrícolas, em parceria e com a ajuda do Governo Regional. Estão todos a resolver isso. É isso que estamos a fazer e vamos continuar a fazer.

Outra coisa: o senhor diz que o Governo Regional não tem prestado atenção a este assunto.

Sr. Deputado, o senhor diz que há dois anos o senhor trouxe o assunto ao plenário, mas o relatório e os dados que o Sr. Secretário ali apontou já referem alterações à legislação e aos procedimentos, com base ao combate desta situação, já há longo período. É sinal que o Governo Regional tem, dentro das medidas possíveis, tomado as medidas para resolver o problema.

É preciso mais medidas, Sr. Deputado? Vamos tomá-las.

O que eu quero aqui dizer, Sr. Deputado, é que não é com o conteúdo deste Projecto de Resolução, fazendo mais do mesmo, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! É mais do mesmo?

O Orador: ... ouvindo dizer para fazer aquilo que está sendo feito, que vamos resolver o assunto.

Temos que resolver no terreno, trabalhando, Sr. Deputado. É isso que é necessário.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E quem é que está a fazer politiquice? Somos nós, CDS/PP?

Presidente: Aproveito para informar que o CDS/PP dispõe apenas um minuto. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para deixar mais uma informação ao Deputado Luís Silveira.

Da listagem de caçadores que os Serviços Florestais de São Jorge elaboraram e que disponibiliza a todos quantos a querem consultar, posso dizer que apenas 4 agricultores, até ao dia 11 deste mês, fizeram a respectiva consulta.

Gostaria também de lhe dizer que dos caçadores que constam da listagem, que podem fazer correcções e que têm colaborado com os proprietários e os rendeiros de terrenos, no fundo, com os agricultores, para desenvolverem as acções de correcção de densidade (e vou dar esses dados que são exactamente os que existem):

- Na freguesia dos Rosais, a sua freguesia, 15 agricultores pediram 64 pedidos de correcção de densidade, todos eles despachados, resolvidos muito rapidamente, como o Sr. Deputado sabe. Na sua freguesia, foram caçados 6.045 coelhos, numa área indicada de 369,48 hectares.

- Na freguesia de Velas, apenas 7 agricultores apresentaram 25 pedidos de correcção de densidade (menos de um terço), numa área de 234,65 hectares (menos cerca de 130 hectares). Foram caçados 8.280 coelhos (mais 2.235 que nos Rosais).

- Em Santo Amaro houve 13 agricultores que apresentaram 70 pedidos de correcção de densidade. Foram caçados apenas 3.688 coelhos.

Depois são residuais os pedidos de Urzelina (um pedido), Norte Grande (dois), Ribeira Seca (um). Muitos poucos coelhos nessas zonas.

Isto confirma aquilo que foi a informação que lhe dei logo na minha primeira intervenção. As freguesias mais prejudicadas com a densidade do coelho (Rosais, Velas e Santo Amaro), são aquelas onde o esforço de caça se tem feito

de uma forma mais significativa e são aquelas onde o esforço dos processos de correcção de densidade tem sido feito de uma forma mais intensa.

Gostaria finalmente de lhe dizer que não há burocracia nenhuma no processo de autorização dos pedidos de correcção de densidade. Há, sim, o cumprimento da lei que temos em todo o momento aligeirado de uma forma muito significativa.

Os pedidos de correcção de densidade podem ser apresentados agricultor a agricultor, como por exemplo um conjunto de agricultores e em menos de 48 horas autorizamos a correcção de densidade.

O Sr. Deputado vem aqui dizer que só burocratizamos o processo. Não senhor! Nós só simplificamos o processo para ajudar nesse esforço e reforço das iniciativas que temos que fazer, quer na caça do nascer ao pôr-do-sol, quer nas correcções de densidade que se executam todas elas durante a noite.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais esclarecer uma coisa que aqui foi frisada duas ou três vezes, tanto pelo PSD como pelo PS, e ler textualmente.

Aquilo que o CDS/PP propôs em termos de viagens foi um pacote atractivo de viagens a caçadores. Não propusemos pagar as viagens na totalidade, como aqui tentaram passar a ideia. Repito: um pacote atractivo de viagens. Foi essa a proposta do CDS/PP no Projecto de Resolução.

Em São Jorge tem-se apanhado muitos coelhos e feito muitas caçadas, com todas as medidas que o Governo tem permitido que sejam feitas. Estão aqui as fotos para quem quiser ver.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Também tenho fotografias!

O Orador: As caçadas de São Jorge são assim e esta é de Julho de 2010. É isto que estão a ver. Os coelhos são apanhados a esta dimensão. Isto não é uma fotomontagem, isto é a verdade. Está aqui para quem quiser ver.

Aqui não se consegue ver, mas depois posso facultar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para ver, em pleno dia, numa só pastagem, a dimensão de coelhos que estão nela. Só vendo! São dezenas e dezenas, meus senhores!

Se isto continuar assim, parte do sector agrícola nestas freguesias vai entrar em falência.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Os agricultores não se compadecem nem conseguem continuar a ter os custos que estão tendo para manter os seus animais. Isso é impensável.

Se o CDS/PP apresenta proposta para fazer mais do mesmo, esse mesmo tem sido pouco, é ineficaz, não tem resolvido.

Queremos saber quais são as propostas concretas que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista têm, melhores do que estas, sem ser fazer mais do mesmo, para resolver a situação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O que nós queremos não é politiquice, não é partidarizar, nem é o Presidente da Junta de Rosais. Queremos que resolvam o problema dos agricultores de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Terminou o tempo do CDS/PP para este debate.

Neste momento não tenho mais nenhuma inscrição. Assim sendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, lamentamos a rejeição deste Projecto de Resolução do CDS nesta casa para o combate à praga do coelho-bravo.

Não nos resta muito mais do que apelar àquilo que hoje não aconteceu nesta casa, que é o bom senso do Governo e do Partido Socialista.

Foi uma surpresa, para nós, o Grupo Parlamentar do PSD não aprovar este Projecto.

Ficamos a aguardar nesta Casa que o Grupo Parlamentar, inclusive do PSD, apresente propostas concretas para resolver os problemas dos agricultores de São Jorge, visto não concordarem com as nossas. Certamente têm melhores. Garanto-vos que se forem melhores ou se forem para permitir resolver a problemática que São Jorge tem, estamos aqui para votar favoravelmente, vindas de onde vier e vindas de que grupo parlamentar for.

Quanto ao Partido Socialista espero que não levem tanto tempo para resolver o problema, nem para apresentar propostas concretas e melhores do que estas, como estão a levar para apresentar o diploma que irá permitir a legalização da carne de coelho nos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... que já prometeram há 10 meses atrás, em Abril passado, pela voz do Sr. Deputado Rogério Veiros e que passados 10 meses, nesta Casa, nada foi feito, nem apresentado, num claro desrespeito e desinteresse pelos problemas dos agricultores de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista afirma que continuará a trabalhar nas medidas que são necessárias e tudo fará para estar ao lado dos agricultores de São Jorge, de forma correcta, trabalhando com as Associações, com os agricultores e chamando todos ao trabalho, incluindo os Srs. Presidentes de Junta.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, quero aqui dizer que o trabalho que está a ser feito em parceria com a Associação Agrícola, por parte do Governo Regional, o trabalho que está a ser feito pelos Serviços Florestais em São Jorge, que eu quero aqui felicitá-los e dar os parabéns pelo excelente empenho que têm tido nesta matéria, e o trabalho que todos nós temos que fazer, irá continuar a ser feito.

Quanto à legislação em questão, Sr. Deputado, há 10 meses atrás anunciámos essa legislação.

Após muitas reuniões com a Secretaria e com os técnicos desta matéria, e porque envolve carne para consumo humano e não podemos legislar de qualquer forma, temos que ter pareceres técnicos e temos que fazer as coisas conforme elas devem ser feitas e não em cima do joelho, essa legislação será aprovada após a consulta que está a ser feita neste momento aos parceiros sobre esta matéria, para que possamos comercializar a carne de coelho de São Jorge, com duas vantagens muito fortes:

A primeira, fazer de um problema um recurso económico para deixar mais-valia em São Jorge;

A segunda, para que ajudemos mais os agricultores de São Jorge no combate deste problema, que é efectivamente um problema que muito nos preocupa, a todos.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto é para deixar o registo de que o Grupo Parlamentar do PSD tratou este assunto com seriedade, sem demagogia.

Quando apresenta uma proposta com a qual os outros partidos não concordam, não fica mal, não fica ressabiado, não começa a atirar pedras dizendo “os senhores não votaram a favor, agora terão que...”.

Quem marca a nossa agenda somos nós!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Desafiamos!

O Orador: O Sr. Deputado do CDS/PP, Luís Silveira, está convencido de que desde que chegou a este Parlamento, o Parlamento começou a existir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São Jorge passou a existir!

O Orador: Mas isto já existia, sabe? Mesmo com o seu partido cá, mas já existia.

Antes de eu vir, também já existiam outros.

O PS, de vez enquanto, tem aquela tendência de pensar que os Açores começou em 96, e o Sr. Deputado Luís Silveira pensa que começou em 2008. Não é assim! Já começou antes!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): E o senhor pensa que começou em 92!

O Orador: Eu estive caladinho na sua declaração de voto, por respeito. É muito bom ter elevação nesta casa.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Gosto muito do seu riso de escárnio, Sr. Deputado Artur Lima. O seu riso de escárnio fica-lhe muito bem. Gosto de dizer isto, porque isto fica no Diário das Sessões para memória futura, está a perceber?

O PSD encarou este assunto de uma forma séria. Absteve-se pelas razões que explicámos.

Consideramos que foi uma preocupação aqui trazida. Os agricultores, de facto, têm um problema com o coelho. O coelho é uma praga naquela zona da ilha que aqui foi referida.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Agora é uma praga!

O Orador: Sr. Deputado, não esteja a deturpar aquilo que eu aqui disse.

Achamos que as formas que aqui encontra, algumas são em excessivo, nomeadamente aquela de ser tudo pago aos caçadores para entrar e sair.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não dissemos isso!

O Orador: Como reparou, e deve saber fazer contas, deve ter percebido a votação deste plenário. O senhor não queira ser como aquela mãe que tinha o filho que ia ao contrário dos outros todos e é que tinha razão, os outros não tinham.

Acho que o Sr. Deputado tem que aceitar a nossa votação como uma forma natural.

Nós concordamos com a medida...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não concorda com a medida!

O Orador: ... mas abstivemo-nos. Não tenha a tentação de deturpar as coisas. Nós abstivemo-nos nesta matéria!

Sobre a preocupação da praga do coelho em São Jorge, o PSD também tem a sua opinião, também tem feito as suas intervenções, só que tem feito de uma forma diferente. Lá por causa disso não criticamos a forma regimental que o CDS/PP entendeu usar.

Simplesmente era esta a declaração de voto que queria fazer e ficar bem claro, para não ter a tentação de chegar a São Jorge e dizer que o PSD não está com os agricultores. Se assim for, eu não vou baixar ao nível, mas hei-de arranjar adjectivos qualificativos para dizer que o senhor...

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS/PP): Qual nível?

O Orador: O que os senhores costumam usar, como por exemplo, o que usaram com a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Isso é demagogia!

O Orador: Não! Está no Diário nas Sessões.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino.

Portanto, será esclarecido se a mensagem assim for.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares o favor de se acercarem da mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos fazer intervalo para o almoço, atendendo ao intervalo que foi solicitado.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 13 minutos.

Temos o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 – “segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, alterado e republicado**

pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores)”.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional para justificar o pedido de urgência.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência para apreciação em plenário deste diploma assenta essencialmente no facto de que esta legislação que a seguir será eventualmente analisada, se aprovado o pedido de urgência, visa a aplicação, tendo em conta a especificidade da região, de uma matéria que já está em vigor por via do Orçamento de Estado.

Portanto, quanto mais cedo for ajustada à realidade regional essa matéria, mais rapidamente entrará em eficácia essa mesma especificidade.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 12 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos assim à substância propriamente dita: **Proposta de Decreto Legislativo Regional** relativa ao “**Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores**”.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional para apresentar o diploma.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que é hoje analisada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores visa essencialmente, tendo em conta as alterações que foram inscritas no Orçamento de Estado em relação ao sector público empresarial, ajustar à especificidade e à realidade da Região, nomeadamente à legislação que esta Assembleia tinha aprovado há pouco tempo sobre o Sector Público Empresarial da Região, precisamente estas especificidades.

Nesse sentido esta proposta tem cinco grandes objectivos:

1º- Manter tal qual é proposto no Orçamento de Estado uma redução de 10% das remunerações dos Administradores e Gestores das empresas do Sector Público Empresarial.

2º- Propor a manutenção dos regimes referentes a ajudas de custo, subsídio de transporte, trabalho nocturno e trabalho suplementar, que os funcionários do Sector Público Empresarial tinham à data de 31 de Dezembro de 2010, isto é, não passando estes funcionários a terem o regime correspondente à função pública, mantendo o regime que tinham na altura com a introdução clara da redução percentual correspondendo à redução que os funcionários públicos irão ter no que concerne a ajudas de custo e a subsídio de transporte, nomeadamente 10 e 15%, de forma a, mantendo o mesmo regime, tenham também em termos de equidade a mesma variação que os funcionários da Administração Pública Regional e nacional tiveram.

3º- No que concerne à redução remuneratória que é definida em sede de Orçamento de Estado para os funcionários do sector público empresarial, que seja a Região a definir a intensidade dessa mesma redução. Neste caso concreto a proposta já anunciada do Governo dos Açores é que a redução remuneratória se faça nas mesmas percentagens identificadas no Orçamento de Estado, a partir dos 2000 euros, assegurando que quem ganha menos, quem tem menos remuneração, não terá essa mesma redução, fazendo-lhes a redução na proporção percentual definida no Orçamento de Estado apenas para os rendimentos acima de 2000 euros, tendo em conta que abaixo desse nível

remuneratório o que propomos é que não haja redução salarial, beneficiando assim quem ganhando menos iria ter os seus vencimentos reduzidos.

Com esta proposta gostaria de lhe dizer que o Governo irá também, como já foi anunciado e já foi contratualizado com todas as empresas do Sector Público Empresarial da Região, cumprir integralmente os objectivos do Orçamento de Estado em termos de poupança e de redução de custos, isto é, os Açores vão dar, do ponto de vista solidário e em termos de solidariedade nacional, o seu contributo na exacta medida e na mesma proporção que qualquer outra empresa do Sector Público Empresarial, neste caso do Estado, para o cumprimento das metas orçamentais e para a consolidação orçamental em 2011.

Fazemos, isso sim, com as nossas próprias regras penalizando menos os trabalhadores, impondo maior responsabilidade de redução de outros custos às próprias administrações dessas mesmas empresas.

No fundo, a proposta que aqui trazemos assume claramente o seguinte princípio:

O Estado diz quais são os objectivos a concretizar e nós dizemos como é que os cumprimos, isto é o que se pode chamar uma autonomia solidária, respeitando a competência da Região em termos de definição da forma de concretização dos objectivos e ao mesmo tempo sendo solidária a nível nacional, cumprindo os objectivos do país.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Logo que o Governo Regional deu conhecimento público desta sua intenção, o PCP teve oportunidade de afirmar publicamente que a apoiaria. Portanto, a posição é favorável.

No entanto, gostaria de tecer aqui algumas considerações depois desta congratulação e de me congratular pelo facto de o Governo Regional vir, com esta e outras propostas, dar razão àquilo que o PCP/Açores, durante o ano passado, afirmou aqui.

Aliás, o Partido Socialista acabou por chumbar aqui um Projecto de Resolução em Outubro, para logo em Novembro vir retomar aquilo que era a nossa propositura, isto é, que as medidas de austeridade não deviam ser aplicadas na Região Autónoma dos Açores. É isto que o Partido Socialista tem vindo, e muito bem Sr. Presidente, a fazer.

Contestamos os cortes e apoiamos todas as medidas que compensem esses cortes. Estamos e estaremos ao lado dos que sofrem os seus efeitos e tudo faremos, se não para anulá-los, pelo menos para os minimizar.

É por isso que vamos aprovar, como já disse, esta proposta para compensar os cortes salariais dos trabalhadores das empresas públicas.

Com esta medida que hoje discutidos, é importante também que se diga que há aqui um reconhecimento claro do PS/Açores de que as medidas tomadas pelo PS na República são injustas.

É sempre bom reafirmar, porque isto é importante, mas é um reconhecimento claro de que o Partido Socialista nos Açores considera que as políticas que foram tomadas na República pelo Partido Socialista de Sócrates e abençoadas quer pelo PSD, quer pelo Sr. Presidente da República, são medidas que penalizam fortemente os portugueses e que na Região Autónoma dos Açores, como já foi afirmado por nós, têm efeitos ainda mais gravosos, atendendo às características da nossa economia, à nossa condição insular e arquipelágica.

Entretanto consideramos que as medidas que têm sido tomadas pelo Governo Regional, propostas e aprovadas no Parlamento Regional, são insuficientes, uma vez que não vêm de todo resolver algum tipo de problemas que os cidadãos estão a sentir de uma forma extremamente gravosa.

Lembro agora a situação que se está a viver com a entrada em vigor do Código Contributivo, que foi aprovado em 2009 apenas pelo Partido Socialista, que entrou em vigor em 2011 e que está a penalizar fortemente os trabalhadores, os pequenos empresários, com o aumento das contribuições que entretanto foram aprovadas em 2009.

Relativamente a este diploma, temos algumas reservas, por isso mesmo apresentámos algumas propostas de alteração.

Não entendemos por que é que o Governo pretende reduzir o valor das ajudas de custos e de transporte aos trabalhadores das empresas públicas regionais, ao arrepio do que são os seus direitos adquiridos. A própria redacção final do diploma tenta fazer passar despercebido quando as mistura com a Administração. Reduz-se à administração e aos trabalhadores. Entretanto o artigo não é claro, uma vez que remete para um artigo anterior.

Portanto, não concordamos, nem concordaremos com este estratagema de dar com uma mão para depois tirar discretamente com a outra.

Não vale a pena, antecipando já algum argumento que possa vir por parte do Governo Regional ou da bancada do Partido Socialista, vir com o argumento da discriminação relativamente aos trabalhadores da Administração Pública.

(Risos do Presidente do Governo Regional dos Açores)

Não vale a pena, porque isso é utilizar exactamente o argumento dos centralistas de Lisboa, que para contestar a remuneração compensatória na Região Autónoma dos Açores, decisão que legitima e justamente tomámos aqui, utilizaram exactamente o argumento da discriminação para atacar o Parlamento Regional. Portanto, antecipo já o argumento para que não venham dizer que é para não haver discriminação.

Então resolve-se a questão de outra maneira. Em vez de vir com esse argumento, vamos então repor aquilo que é de justiça aos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Por outro lado, há uma outra questão que nos oferece algumas dúvidas e por isso mesmo também fizemos uma proposta de alteração em sede de especialidade e que tem a ver com o facto de limitarmos no tempo o que hoje iremos certamente aprovar.

Considerar que esta medida pode ir além de 2011, é aceitar como bom que as medidas que foram impostas pela República se prolonguem para lá de 2011, daí o facto de termos feito a proposta que está distribuída de modo a que este diploma apenas vigore em 2010.

Por este motivo, mas também por outro, é que as questões salariais devem ser e têm sede de discussão em concertação social, em negociação entre os trabalhadores e as empresas. Portanto, as propostas de alteração que apresentamos em sede de especialidade visam exactamente clarificar esta situação e repor justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista irá votar favoravelmente as propostas apresentadas pelo Governo, dado que estas medidas visam, ao fim e ao cabo, assegurar uma igualdade entre os funcionários públicos e os trabalhadores das empresas públicas, no que concerne aos mecanismos que foram desenvolvidos na Região de modo a minimizar os efeitos das medidas remuneratórias inscritas no Orçamento de Estado.

Gostaria de realçar o pedido do Sr. Vice-Presidente de que com estas medidas deverá ser acautelado o compromisso de salvaguardar o cumprimento integral dos objectivos de redução dos custos operacionais das empresas públicas em relação ao estabelecido nos objectivos do Orçamento de Estado.

O Sr. Deputado do PCP tenta misturar um pouco o seu Projecto de Resolução com as medidas que estão aqui a ser aprovadas. O seu Projecto de Resolução era muito mais vasto e lato.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas incluía isto!

O Orador: Desde o passado que há medidas que têm que ser tomadas em termos de cumprimento, porque vivemos num Estado que está integrado numa Europa que nós defendemos. Aqui, sabemos que há um desfasamento muito grande entre o Partido Socialista e o Partido Comunista.

Portanto, não compreende muitas vezes o cumprimento de algumas normas do Orçamento de Estado que, em nosso entender, também devem existir, porque estamos integrados na União Europeia e queremos um país com uma economia mais saudável.

Relativamente às propostas apresentadas pelo PCP, reservava-me depois para a discussão na especialidade para rebatê-las.

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar a posição do Partido Social Democrata em relação a esta matéria. No plano legislativo sempre dissemos aqui e continuamos a entender, que esta era uma medida injusta, porque tratamos os funcionários públicos que ganham entre 1500 e 2000 euros de uma forma como se fossem os mais prejudicados, ou especialmente prejudicados, relativamente a todo o tipo de funcionários, inclusivamente os que ganham entre 1500 e 2000 e que estão na privada.

Continuamos a achar que temos razão nesta matéria, não deixando de sublinhar que, hoje e sempre, entendemos que temos competência própria para legislar nesta matéria, mas tendo competência própria não deixa de nos fazer sentir que, pelo facto de considerarmos uma justiça, devemos continuar a manter o nosso voto negativo em relação a esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico, nesta matéria, mantém obviamente a coerência inicial.

Temos apoiado esta medida. Apoiámos no que diz respeito à Administração Regional, fomos um dos proponentes no que diz respeito à Administração Autárquica e apoiamos também no que diz respeito aos funcionários do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores.

Desta forma também está cada vez mais isolada a crítica que dizia que esta medida era muito circunscrita. A medida tem vindo a alargar-se e tem vindo a incluir todos aqueles que os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores têm competência para agir directamente.

Na altura explicámos, e volto a repetir os argumentos. Em primeiro lugar, um aspecto inicial que até resulta da explicação que tenho feito quando sou interpelado nesse sentido por parte da população. Já tive funcionários que ganham 1200 euros por exemplo a dizer que se consideram prejudicados. Pergunto, porquê? Se recebe 1200 euros não sofreu nenhum corte.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Exactamente!

O Orador: Então por que é que se considera prejudicado quando aqueles que recebem um pouco mais, mas não muito, tendo em conta as condições de vida que vivemos, não sofrem também esse corte salarial? Portanto não vejo, a não ser que seja uma visão egoísta e completamente descabida desta situação. Não é contextualizável. Depois explique-me onde é que o senhor se sente prejudicado em relação a essa situação?

Também lhe explico uma outra coisa, é que se os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores estão a legislar neste sentido, isto significa que aqueles que estão no início da carreira têm também uma perspectiva no horizonte de não ver diminuído aquele que é o seu salário que terão daqui a uns anos quando a situação económica voltar a ser melhor.

Nesse sentido protege-se aquele patamar de rendimentos dos funcionários. Obviamente que quem está naqueles patamares são aqueles que têm mais anos de serviço.

Depois também explico uma terceira coisa, é que aqueles funcionários que agora estão a receber os tais 1500 euros já receberam muitos menos no início das suas carreiras. Portanto, não vejo onde é que possa, analisando a situação sem demagogia, e analisando a questão com racionalidade e seriedade, existir qualquer tipo de injustiça.

Em último lugar, uma grande preocupação também da parte do PPM tem a ver com o facto de nós considerarmos que do ponto de vista macroeconómico esta também é a medida que faz sentido. Não faz sentido que com um mercado interno tão vulnerável, como é o mercado interno dos Açores, possa sofrer também uma maior vulnerabilização afectando a classe média. Esse é também na nossa perspectiva um erro.

Não há uma recuperação económica que se possa realizar a partir do momento em que não existe condições materiais para uma alavancagem do ponto de vista da manutenção de alguma capacidade do mercado interno.

Por todos os motivos, por motivos que são do ponto de vista da justiça social, do ponto de vista daqueles motivos macroeconómico, temos mantido o apoio a este conjunto de medidas que têm permitido um alargamento quase total no âmbito daquelas que são as competências dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, vamos votar favoravelmente também mais esta iniciativa.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar aquilo que o Bloco de Esquerda tem dito desde o primeiro minuto: a injustiça não é a reposição daquilo que é roubado aos trabalhadores, bem pelo contrário, a injustiça é aquilo que lhes é cortado. A injustiça está nos cortes e, do nosso ponto de vista, mais do que a injustiça é a própria ilegalidade.

Portanto, tudo que seja repor aquilo que indevida e ilegitimamente lhes é retirado, estaremos obviamente a favor.

Por maioria de razão, numa Região com as características como a nossa, que todos conhecemos e não vale a pena referir, e que vão desde o pequeno mercado à pouca capacidade de compra das pessoas, se vamos penalizar aqueles que ainda têm algum bocadinho de peso no porta-moedas, a nossa economia será então muito mais penalizada do que aquilo que neste momento está a ser.

Em termos de princípio e de objectivos votaremos favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Temos, contudo, uma dúvida que agradecia que o Sr. Vice-Presidente (parece-me que é o Sr. Vice-Presidente que está com esta matéria, pelo menos é que a apresentou) me tirasse:

No ponto 5, quando atira para uma definição por resolução do Conselho de Governo as reduções remuneratórias, a nossa pergunta é, por que é que é atirada para uma resolução do Governo e não é inscrita, por exemplo, nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a analisar?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para que se esclareça aqui uma questão. Notei alguma inflexão na posição do PSD relativamente a esta matéria, o que saúdo, no entanto, há aqui uma questão para esclarecer.

Sr. Deputado Duarte Freitas, a questão é a seguinte:

Os cortes foram só na Administração Pública e acima dos 1500 euros.

Portanto, parece-me que aí, como disse e muito bem a Deputada Zuraída Soares, é que reside a injustiça.

Por que é que há-de ser os trabalhadores da Administração Pública que auferem vencimentos acima dos 1500 euros que têm que pagar e carregar com o ónus da crise e têm que a suportar? É isso que tem que ficar claro por parte do PSD. É porque os outros sectores não foram. Por que é que são só aqueles?

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o IVA? E o IRS? E a Segurança Social?

O Orador: Isso é outra coisa. Aliás, relativamente ao Código Contributivo ainda teremos hoje, com certeza, oportunidade de falar sobre isso. Mesmo V. Exas. tendo votado contra, entretanto deram a bênção depois disso. Portanto, hoje podemos ainda conversar sobre isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Curioso este último aparte do Deputado Jorge Macedo sobre o IVA.

Efectivamente V. Exa. fez muito bem em lembrar a questão do IVA, já que o PSD é o avalista nacional das medidas draconianas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O CDS teve uma posição interessante!

O Orador: ... que o Primeiro-Ministro José Sócrates tomou. Os senhores são os avalistas dessas medidas.

Quanto ao diploma em análise, com certeza que vamos votar favoravelmente esse diploma.

É bom lembrarmos um bocadinho a história da justiça ou injustiça, como alguns chamam, que se tem passado aqui.

No primeiro diploma era uma grande injustiça, porque não se aplicava aos outros sectores, não se aplicava às ESPER, não se aplicava às autarquias locais, enfim, era uma grande injustiça.

Passou a aplicar-se às autarquias locais.

Nós, conhecendo já um bocadinho o panorama e aplicando mais uma vez o princípio da precaução, resolvemos torná-lo facultativo, para aqueles que não o queriam verdadeiramente aplicar não viessem dizer que era obrigatório e que estávamos a impor ao poder local, violando a sua autonomia.

O diploma é facultativo. Quem quiser aplica! Quem não quiser não aplica!

Estamos perante um diploma bem estruturado, bem feito, dentro das nossas competências autonómicas, dentro das nossas competências estatutárias, perfeitamente legítimo de um Governo de uma Região Autónoma aplicar.

O que eu acho verdadeiramente espantoso é que antes a injustiça era para aqueles que ganhavam 500 ou 600 euros, mas não pagavam IRS. Portanto, não se percebia onde é que estava a injustiça.

Hoje assistimos a uma coisa verdadeiramente “popularucha”, para usar um termo do Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado, pela publicidade!

O Orador: Agora é a privada. Mas os senhores queriam que o Governo fosse mandar na privada? Determinar quanto é que se ganha na privada e que cortes é que se fazem na privada?

Isto é verdadeiramente inacreditável!

Acho que realmente o Sr. Deputado Jorge Macedo tem razão. O problema do PSD já não é um problema ideológico, é meteorológico!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS, do CDS e do Governo)

Anda perdido na meteorologia e no tempo!

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): É conforme o tempo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Começando pela resposta à questão colocada, e muito bem, pela Sra. Deputada Zuraída Soares, em relação a remeter para resolução a definição de um montante a partir do qual incide a redução remuneratória, apenas tem um objectivo operacional, é que tendo em conta que sendo por via de resolução, se houver no próximo ano um ajustamento do Orçamento de Estado, quer de valores quer de terminologia, mais facilmente se pode assegurar a eficácia e demorar menos tempo. No fundo não faria sentido, por essa via, os funcionários que estão abrangidos nesse período voltarem a perder as regalias para voltar a repor mais cedo. É apenas por uma questão de operacionalização e de aumento da eficácia da aplicação dessa mesma legislação.

Como sabe, logo após a sua aprovação, o que está definido e assumido, é que aquilo será executado por via de Resolução.

Segundo aspecto que penso que é muito importante e que é bom que todos os açorianos saibam. A posição contrária do PSD a esta matéria não só coloca em causa aquilo que foi falado até hoje, mas é bom que os trabalhadores de todas as Empresas do Sector Público Empresarial da Região, os funcionários da EDA, da SATA, dos portos, todos os milhares e milhares de trabalhadores do Sector Público Empresarial, saibam que o PSD é contra o facto de se manter o regime de ajudas de custo de trabalho suplementar, nocturno e de subsídio de transporte que os trabalhadores tinham.

É bom que os milhares de trabalhadores açorianos saibam que o PSD, em relação a esses trabalhadores que têm um estatuto e um regime específico devidamente habilitado, negociado e contratualizado ao longo do tempo, é o único partido desta Assembleia que acha que esses valores devem ser substancialmente reduzidos.

Uma parte substancial desta proposta é assegurar que mantenham o mesmo regime que tinham até agora, com as reduções percentuais que têm os funcionários públicos. Esta é uma medida e uma novidade e é bom que os açorianos e todos nós tenhamos conhecimento a partir de hoje. Não se trata apenas da remuneração compensatória, trata-se da introdução de um novo conceito de proposta, que esses mesmos funcionários devam ter uma redução substancial de direitos adquiridos.

Segundo aspecto para concluirmos, e como foi muito bem dito pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão, Artur Lima, Zuraída Soares e Aníbal Pires, há aqui um grande problema adicional no PSD.

O PSD argumentou no início que a proposta da remuneração compensatória não era justa, que não se aplicava às autarquias. Já se aplica!

O PSD achava que não era justa porque não se aplicava às Empresas do Sector Público Empresarial. Já se aplica, mas continuam a não concordar!

O dado, o objectivo concreto e exacto, é muito simples: com esta proposta asseguramos na totalidade que as pessoas com menos vencimento que tinham a sua remuneração reduzida por via do Orçamento de Estado vão deixar de a ter, as pessoas que ganhando menos iriam ter redução de vencimento. É apenas isto que está em causa de forma objectiva e concreta, ou seja, o PSD acha que quem ganhava menos devia ter essa redução de remuneração. É essa a conclusão que aqui tiramos.

Uma questão final em relação à justificação do ajustamento, em relação às ajudas de custo e ao subsídio de transporte. A questão do ajustamento das ajudas de custas deriva do facto de todos os funcionários públicos e do sector público, com excepção dos Deputados da Assembleia Legislativa Regional, terem uma redução das ajudas de custo. Neste contexto apenas há que ajustar

essa variação percentual em relação àquilo que efectivamente acontece na generalidade do sector público administrativo, englobando a Administração Pública Directa Regional e Nacional e a Administração Indirecta, através das empresas públicas. É apenas essa a justificação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer ao Sr. Vice-Presidente que talvez por culpa minha não tenha percebido. O que nós votámos e votámos contra foi a proposta na generalidade, Sr. Vice-Presidente.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos votar na especialidade e o senhor vai ver que as questões que têm a ver com as ajudas de custo e com o trabalho suplementar...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): São todos os artigos, até à data de entrada em vigor do diploma!

O Orador: Posso adiantar e digo desde já ao Sr. Presidente que vamos pedir a votação separada dos vários números do artigo 1º e vamos votar conscientemente os artigos 2º e 3º, com muita serenidade, convictos de que temos razão e convictos de que os açorianos nos poderão entender.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Aproveito para anunciar à câmara que está presente entre nós, nas galerias, a equipa de voleibol sénior feminina, da freguesia da Fonte do Bastardo, da Ilha Terceira, para a qual peço uma saudação.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Julgava que o senhor vinha dizer: afinal nós vamos votar favoravelmente este diploma!

Da maneira como o Sr. Deputado Duarte Freitas veio a esta Casa no passado, dizer que era uma má medida, eu julgava que, tendo a Presidente de Câmara de Ponta Delgada aplicado a remuneração complementar na sua Câmara, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... já estando os funcionários públicos abrangidos e agora vão ser abrangidos os funcionários das empresas públicas, jamais nada restava ao PSD do que votar favoravelmente este diploma. Foi muita estranha a sua posição, vir dizer que é injusto, vamos votar parte. Já aplicamos na Câmara de Ponta Delgada, mas ainda não chega. Não sei o que é que o Sr. Deputado quer mais. Com toda a área da Administração Pública, da Administração Regional, da Administração Autárquica Regional e as empresas públicas regionais fecha-se o ciclo da pretensão do PSD.

Hoje, exigia-se que o PSD votasse favoravelmente essa proposta.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Francisco César (PS): Defenda a sua líder, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Rego:

Penso que o senhor sabe e tem consciência de que a abordagem do Partido Social Democrata a este problema era feita noutra perspectiva.

Deputado Berto Messias (PS): Explique isso, porque não percebemos!

O Orador: Entendíamos que para fazer face a esta situação de crise e havendo alguma disponibilidade, se deveria actuar por via fiscal. Assim poderíamos abranger todos os açorianos...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Beneficiava-se quem ganha mais! Isso é que era!

O Orador: ... sendo funcionários públicos ou funcionários privados.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Beneficiava-se o IRS dos que ganham 4 mil euros por mês!

O Orador: Penso que os açorianos perceberão que esta abordagem através da via fiscal poderia ter uma abrangência global, em vez de alguma forma privilegiarmos os funcionários públicos.

Apesar de ainda ontem ter ouvido nesta casa, às 15 horas e 33 minutos, o Sr. Secretário da Saúde...

Deputada Catarina Furtado (PS): Ontem não! Anteontem!

Deputado João Costa (PSD): Faz toda a diferença, Sra. Deputada!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Ontem estava em São Jorge!

O Orador: ... dizer que o Governo nunca fará desta Casa uma Assembleia Municipal, vou tentar clarificar uma questão que já ontem aqui, no debate com o Sr. Deputado Berto Messias, tentei clarificar.

No plano legislativo mantemos a mesmíssima coerência. No plano executivo também mantemos a coerência de proteger as injustiças.

Nós todos, como entidades públicas, em várias circunstâncias, aplicamos leis que não consideramos justas, em absoluto. A verdade é essa!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quando são imperativas!

O Orador: Em relação à imperatividade da lei e da componente opcional (obviamente temos que clarificá-lo também e já o tentámos fazer aqui ontem) há entendimentos diversos. A doutrina divide-se.

O nosso entendimento é de que aquilo não é opcional, é obrigatório.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Se é obrigatório, então por que não aplicam?

O Orador: Mas repito: mesmo que fosse opcional, uma autarquia que decidisse não aplicar estaria a cometer uma dupla injustiça, que era entre funcionários idênticos, de diferentes autarquias.

Deputado Clélio Meneses (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isso é a chamada fuga para trás!

O Orador: Se nós achamos que é uma medida injusta, nesse aspecto teríamos uma medida duplamente injusta.

Deputado Francisco César (PS): Defender a sua líder fica-lhe muito bem!

O Orador: A terminar, incompreensível, verdadeiramente incompreensível para todos os açorianos, foi o que se passou aqui ontem. Os senhores votaram

contra e ficaram isolados em relação ao voto do protesto em que o Governo da República espolia – não são as autarquias açorianas! – os açorianos, porque cada munícipe é um açoriano. Aí os senhores tiveram claramente do lado de Sócrates e não do lado dos açorianos. É essa a incoerência.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputado Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estava aqui a pensar que as especificidades da nossa autonomia e o nosso próprio estatuto autonómico não podem transformar-se numa coisa completamente esquizofrénica.

Aquilo que vivemos em determinado tipo de matérias, entre as quais se incluem os cortes dos salários e também a reposição desses cortes, argumentando aqui os Açores com as especificidades autonómicas e com o nosso Estatuto próprio, e dizendo os mesmo partidos exactamente o contrário e defendendo na República exactamente o contrário, é uma autêntica esquizofrenia que não honra nem a coerência política, nem a própria Autonomia.

Sr. Deputado Duarte Freitas, quando o senhor diz aquilo que disse, no fundo o que está a dizer é que o PSD, que apoia e defende os cortes salariais na República, tira com uma mão e depois quer vir aqui, por via fiscal – disse o Sr. Deputado, “não é assim, não é por esta maneira, é por” – dar com a outra mão. A esquizofrenia é isto.

Aquilo que os senhores deveriam ter feito era não ter tirado na República, era não ter acordado e não ter penalizado e carregado ainda mais nas medidas que o Partido Socialista já tinha na mão. A esquizofrenia está bem distribuída, também é verdade, mas agora estou a falar consigo.

Quando o Sr. Deputado fala na via fiscal, vamos lá ver que via fiscal é que nos estamos a referir, porque a via fiscal que os senhores trouxeram aqui quando foi o debate do plano e orçamento da Região, era somar injustiça a injustiça, ou seja, quem mais recebia menos descontava.

Temos que nos entender, porque senão corremos o risco de estarmos todos a dizer coisas para o ar, mas não estarmos com os pés na terra a pensar bem naquilo que estamos a dizer.

Uma coisa é clara, Sr. Deputado: o PSD/Açores pode dar as voltas que muito bem entender sobre esta matéria.

Nenhum açoriano, nenhuma açoriana, compreenderá como é que os senhores estão contra uma medida que só pode beneficiar as pessoas ou, dito de outra maneira, penalizá-las menos nesta Região. Isso é absolutamente incompreensível de todos os pontos de vista, até no mero bom senso das pessoas.

Tentar justificar o injustificável, mesmo na política, não é possível!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Cá está, Sr. Deputado Duarte Freitas. Ontem desejava-lhe boa sorte, dizendo que ia precisar dela. Aqui está a primeira entaladela promovida pela sua líder regional.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Deputados João Costa (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, daquele discurso que o senhor fez aqui há algum tempo, falar de entaladela, não lhe fica bem!

O Orador: Já que estamos a discutir esta questão deixe-me dizer-lhe o seguinte e reafirmar aquilo que disse ontem, porque os senhores insistem no erro. Além de errarem uma vez, insistem no erro quando recorrem à proposta que os senhores apresentaram sobre as reduções do IRS até ao 4º escalão.

Relembro mais uma vez: contas feitas, caso a proposta do PSD, de redução do IRS até ao 4º escalão, fosse aprovada, aquilo que tínhamos era o seguinte:

Quem ganha por ano 42 mil euros teria uma redução de IRS 4 vezes superior a quem ganha por ano até 7.400 euros.

Deputado João Costa (PSD): E esses com quanto contribuem?

O Orador: Era esta a justiça do PSD/Açores e era assim que o PSD/Açores queria ajudar os açorianos, ou seja, ajudar quem mais tem, ajudar os ricos em detrimento de quem menos tem e de quem menos ganha.

Deputado João Costa (PSD): Quanto é que esses pagam? Diga tudo!

O Orador: Já agora, já que estamos a falar sobre esta matéria, eu aproveito para perguntar muito directamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas:

Tendo em conta essa sua preocupação sobre todos os estratos sociais da Região, quanto é que paga de IRS quem ganha 500 euros por mês?

Agradeço que me responda e que nos explique.

Para terminar, e muito rapidamente, não posso deixar de reafirmar aquilo que já tive oportunidade de referir sobre a profunda incoerência do PSD sobre esta matéria e a profunda incoerência e o profundo desnorte da Presidente do PSD/Açores que se reflecte também aqui no vosso Grupo Parlamentar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto à questão da remuneração compensatória, primeiro é contra a medida, porque é muito injusta. Depois, como já tive oportunidade dizer, apresenta uma alternativa muito mais injusta e muito pior.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso é o que senhor diz!

O Orador: Em seguida, a Associação de Municípios solicita que seja alargada a medida aos municípios. O PSD vota contra, porque é injusta. Dias depois a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada aplica a medida na sua autarquia.

Isso é o absoluto desnorte e absoluta incoerência da Sra. Presidente e do PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já lhe vão explicar!

O Orador: Devo dizer o seguinte, reafirmando e reiterando aquilo que já aqui disse:

É absolutamente lamentável e é absolutamente uma postura de profunda desonestidade intelectual e política vir dizer que a lei depois de aprovada é para cumprir, quando toda a gente sabe que a lei é facultativa e aplica só quem quer. É um exercício lamentável de fuga às suas responsabilidades, muito pouco digno, daquilo que os responsáveis políticos devem ter.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Julgo que não terei percebido bem. Naturalmente o erro foi meu ou estava com alguma desatenção ao assunto, mas vamos lá ver se nos entendemos numa coisa:

O Governo da República impõe cortes draconianos. Os senhores avalizam, assinam por baixo, tiram fotografia de telemóvel para comprovar o acto solene, para solenizar o acto, não fossem os malvados dos socialistas dizer que o Sr. Ministro e o Sr. Catroga não se tinham reunido. Perfeitamente de acordo até aqui e nesta parte.

Sr. Deputado queria perguntar-lhe uma coisa:

O senhor considera que funcionários que ganham entre 1.500 e 2.000 euros ganham muito?

O senhor considera que é um privilégio para esses funcionários públicos impedir que se lhe corte o vencimento? É um privilégio, Sr. Deputado Duarte Freitas? É isso que o senhor tem que explicar.

Ou é uma injustiça aquilo que o Governo República e o seu partido lhes fizeram?

Onde é que está a injustiça e onde é que está o privilégio?

Queria que o senhor esclarecesse que privilégio é que têm esses funcionários públicos?

Já agora que os senhores estão aqui a fazer matéria para o Dr. Marques Mendes escrever mais um livrinho e para a sua crónica, presume que hoje à noite, na TVI, queria perguntar-lhe: as excepções na República não incomodam o PSD?

As exceções nas empresas públicas da República não incomodam o Partido Social Democrata? O senhor vai ter que esclarecer aqui qual é a vossa posição.

Os senhores são contra na globalidade, mas na especialidade vão aprovar um artigo ou outro. Na votação final global vão votar a favor, naturalmente. Presumo que vão num sentido positivo.

Também gostaria que me explicasse o que é uma lei justa e uma lei injusta, porque eu também não percebo, deficiência minha, naturalmente.

Uma coisa é certa: ela é facultativa, respeitando o poder. Aliás, há câmaras que não vão aplicar, como o senhor sabe. Estão a cometer alguma ilegalidade? É essa a pergunta a fazer.

O Partido Social Democrata, responsável por grande parte do edifício legislativo português, tem muita culpa nessa injustiça da lei, ou na justiça da lei. Era bom que o senhor clarificasse esta câmara e os açorianos o que é para o PSD uma lei justa ou injusta e, sobretudo, o privilégio que têm estes funcionários públicos vítimas de cortes draconianos que o seu partido é avalista. Por que é que é um privilégio?

Eu não consigo perceber, ninguém nesta Câmara consegue perceber e muito menos quem nos está a ouvir ou nos irá ouvir conseguirá perceber.

Portanto, julgo que a coragem que os senhores pretenderam demonstrar com uma iniciativa que anunciaram hoje de manhã com pompa e circunstância sobre o Código Contributivo, afrontando o partido nacional, que é mais uma vez avalista, também deviam ter neste caso coragem de enfrentar, nem sequer é o partido nacional, é o Marques Mendes. É o que está aqui em causa.

Os senhores têm receio que o Marques Mendes vos desfaça na sua crónica semanal. E mais, ainda possa escrever um livro e os senhores sejam considerados a fracção autónoma e indesejável do PSD nacional e centralista.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Francisco César (PS): Defenda a sua líder, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Uns defendem a sua líder; outros defendem os seus pais!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que levada de ar fresco!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Esse partido carrasco que o senhor apelida em Lisboa é aquele mesmo partido que os senhores “namoram” para fazer uma coligação pré-eleitoral.

Deputado João Costa (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Entretanto, nos Açores, acho que já usámos todos os argumentos que eram necessários para clarificar a nossa posição. Desta bancada temos dito sempre o mesmo relativamente a esta matéria e se querem fazer mais chicana política acerca desta matéria não contem connosco.

Clarificámos a nossa posição. Votámos contra na generalidade, vamos votar em função do articulado na especialidade de uma forma ou outra...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que o senhor quer dizer com isso? Não quer dizer nada!

O Orador: ... e vamos votar contra na votação final global.

Fica claro, e fica claro para todos os açorianos, que fomos coerentes do princípio até ao fim e gostaríamos que todas as pessoas percebessem que em momentos de crise, se há alguma folga, deve ser para os que mais precisam.

No mesmo momento em que estamos a falar está a haver cortes, está a haver apertos, às Instituições Particulares de Solidariedade Social nos Açores. Esses que mais precisam deviam ser os primeiros a quem o Governo devia dar a mão neste momento.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Começa muito mal!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Embora não relacionado com a matéria em questão, mas devido à referência do Sr. Deputado Duarte Freitas, com certeza que não poderia deixar de lhe dar a devia réplica.

Sr. Deputado Duarte Freitas, quando queremos namorar temos o gosto de escolher uma namorada bonita, que não é manifestamente o caso do PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Paulo Portas não pensa assim!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já perguntou ao Paulo Portas?

O Orador: Claro que isto é o lado brejeiro da questão, como o senhor quis dizer.

Os senhores são o “seguro de vida” do Governo de Sócrates.

Deputado Luís Garcia (PSD): O seguro de Portugal!

O Orador: Foram o seguro de vida ao viabilizarem o Orçamento. Portanto, o carrasco do povo português é o PSD, juntamente com o PS e Sócrates. É essa a verdade, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Os senhores, naturalmente, com o Sr. Secretário-Geral vinham dar uma de, quer a gente ganhe com maioria absoluta, quer não, levamos os pobrezinhos do CDS para o Governo!

Não, Sr. Deputado! Está muito enganado.

O CDS há-de chegar ao Governo por mérito próprio. Digo-lhe mais: se lá chegar, não vai ser com as desonestidades que os senhores fizeram no Governo anterior de coligação. Já pode saber, Sr. Deputado: não vai ser com essa!

Sr. Deputado Duarte Freitas, quando assumimos um compromisso, quando concorremos em coligação, quando assumimos compromissos com os nossos parceiros de coligação, cumprimos na íntegra os compromissos até ao fim.

Presumo que fui suficientemente esclarecedor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão sobre esta matéria e que aqui está demonstrada é muito simples. O PSD com a não aprovação desta proposta ficou também sem nenhum

argumento para o fazer, porque os argumentos que tinha no passado da sua não aplicação aos municípios e às empresas públicas, neste momento já não são argumentos porque se aplica.

Em segundo lugar, esta mesma argumentação sobre a desresponsabilidade da Região em relação ao esforço nacional também não se faz neste caso concreto, porque aqui o que está em causa é precisamente a Região salvaguardar a sua autonomia de gestão, respeitando integralmente os objectivos definidos de solidariedade em termos de cumprimentos das metas orçamentais do país. Este argumento também não está aqui em causa.

Demonstrámos que somos capazes de, beneficiando aqueles que menos ganham para que não sejam penalizados, cumprir ao mesmo tempo as metas estritas e rigorosas de execução orçamental.

Deputado João Costa (PSD): Agora é com V. Excelência!

O Orador: O que estamos aqui a fazer é o exercício pleno da nossa Autonomia, com responsabilidade, com solidariedade, não só no contexto nacional, mas particularmente também com solidariedade no contexto regional, porque estamos apenas a apoiar aqueles que ganhando menos teriam a sua remuneração reduzida.

É, pois, um acto de justiça social, de equidade social e essencialmente também de equilíbrio e de responsabilidade nacional.

Ao se votar contra, ao não aprovar esta proposta, está a pôr-se em causa todos estes princípios, o de Autonomia responsável e solidária a favor de quem mais precisa e em termos de justiça social.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições vamos passar para a votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 votos contra do PSD.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para...?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Tendo em conta o intervalo pedido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, regressamos às 16 horas e 25 minutos.

Eram 16 horas e 11 minutos.

Presidente: Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 32 minutos.

Vamos iniciar o debate na especialidade.

Para o artigo 1º está inscrito o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria explicar as duas propostas que o Partido Socialista faz para os dois artigos que vamos votar.

Estão relacionadas com o conceito de Sector Público Empresarial Regional e o que é que se entende por Empresas Públicas Regionais?

O diploma que agora estamos a aprovar é uma alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 17/2009 e neste diploma está claramente definido que o Sector Público Empresarial Regional integra as empresas públicas regionais e as empresas participadas.

Dado que as medidas que foram tomadas, quer pelo Orçamento de Estado, quer estas que vamos agora tomar, visam essencialmente as empresas em que a Região tem maioria ou é maioritária nestas empresas, bem como as EPEs.

No artigo 3º do diploma original, na definição de empresas públicas, engloba as empresas onde a Região detém a maioria de capital ou de direitos de voto e

integra também as empresas públicas, ou seja, as entidades com natureza empresarial, as ditas EPEs.

Portanto, é uma clarificação do diploma. Essas medidas não visam atingir as empresas participadas, mas só as empresas públicas, na continuação do diploma.

Relativamente às propostas, quer a proposta do Bloco de Esquerda de aditamento do seu nº 6, quer a proposta para o nº 4 do artigo 20º do PCP, ao fim e ao cabo elas não fazem sentido tendo em conta que vão colocar numa situação mais favorável os trabalhadores das empresas públicas.

Já disse, quando fiz a minha primeira intervenção, que com estas alterações, com estas medidas, queremos assegurar uma igualdade entre os funcionários públicos e os funcionários das empresas públicas, sabendo que algumas delas até têm remunerações mais altas que os próprios funcionários públicos.

Portanto, ficariam numa situação desigualitária e íamos ser mais penalizadores para a Administração Pública do que o éramos para as empresas públicas.

Relativamente à última proposta do PCP o Sr. Vice-Presidente já disse que colocando o limite de 31 de Dezembro de 2011, estávamos ao fim e ao cabo a dizer que a partir de 2011 o Orçamento de Estado aplicava-se a esses trabalhadores.

Portanto, vamos votar contra qualquer uma das propostas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições vamos passar para a votação da proposta de alteração para o artigo 1º, da autoria do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração ao artigo 1º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedia que fosse votado, ponto a ponto, estas propostas de alteração e depois o corpo do artigo 1º, que se refere o artigo 20º do Estatuto.

Presidente: Se bem percebo, ponto a ponto, refere-se aos pontos 3 e 5 do artigo 20º. É mais fácil assim. Como sabe, o artigo 1º do diploma altera do artigo 20º do Decreto Legislativo Regional nº 7/2008/A.

Assim sendo, e a pedido da bancada do Partido Social Democrata, vamos votar a proposta de alteração do Partido Socialista para o nº 3 do artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PS, para o nº 5 do artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 votos contra do PSD.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração para o artigo 20º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, salvo melhor opinião, penso que poderíamos ou deveríamos votar, ponto a ponto, o corpo de cada um destes pontos do artigo 20º.

Presidente: Sr. Deputado, eu não vejo por que é que vamos votar, porque o BE só apresenta uma proposta para o artigo 6º. Creio que não se justifica, porque ela só altera o nº 6 do artigo 20º. Além disso já fizemos a votação e já foi anunciada. Creio que não se justifica neste caso.

Vamos votar o artigo 1º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 votos contra do PSD.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, coloco à votação em conjunto os artigos 2º e 3º do diploma que não são objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 votos contra do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 votos contra do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 10/2011 – “Acompanhamento do processo de descontaminação de focos de poluição e programa de controlo da qualidade da água na Praia da Vitória”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho para justificar a urgência e dispensa de exame em Comissão.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda surge no seguimento da discussão tida nesta casa há dois dias sobre os focos de poluição dos aquíferos e a contaminação dos solos da zona do “Graben”, na Base das Lajes

Lembro a todos nesta Assembleia as preocupações que foram levantadas nessa discussão sobre a necessidade de tranquilizar a população da Praia relativamente a esta questão. Estas preocupações foram levantadas pelo Sr. Secretário da Presidência.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda esta tranquilidade das populações deve ser garantida clarificando quais as acções governativas para essa clarificação.

É, na verdade, esse o objecto deste projecto que pretende recomendar ao Governo medidas para que se inicie o processo de descontaminação dos focos de poluição, com a supervisão de instituições credíveis, assim como recomendar ao Governo Regional medidas que reforcem a monitorização da qualidade da água nessa zona.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entende serem estas as razões suficientes que justificam o seu carácter de urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados, para quem se quiser pronunciar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Recentrando a questão na discussão da urgência e não no teor da Resolução, dizer que registamos as preocupações do Bloco de Esquerda. Aliás, aquilo que defende está também em consonância com aquilo que já foi afirmado por este Grupo Parlamentar e pelos próprios Membros do Governo envolvidos nesta matéria.

Tendo em conta a complexidade e a abrangência deste assunto, tendo em conta também o facto de termos agora, por iniciativa do Partido Socialista, um requerimento, e posteriormente de outros dois partidos, para audição dos protagonistas deste estudo em sede de comissão, julgo que haverá margem para discutir esta matéria e esta resolução em sede de comissão parlamentar especializada.

Portanto, para já não viabilizaremos este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se já era urgente ontem este Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, hoje é ainda mais urgente, para que rapidamente se comece a perceber, a clarificar e a dissipar de uma vez por todas as dúvidas e a iniciar os trabalhos que tiverem que ser iniciados de uma forma transparente e rigorosa.

Devo dizer aqui que é exactamente isso que o Partido Socialista não quer,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: ... porque rejeitou hoje na CAPAT os nomes que foram propostos pelo CDS...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas os nomes não têm nada a ver!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que isso interessa!

O Orador: ... para serem ouvidos no sentido do total esclarecimento dos factos e da verdade.

É urgente discutir isto e mais uma vez discutir isto nesta Casa com urgência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD irá viabilizar esta urgência e dispensa de exame em Comissão por uma razão muito simples: por tudo o que já se discutiu nesta casa, por tudo o que todos assumiram sobre a urgência de descontaminação de todos os sítios identificados e de monitorização de todos os poços.

Acho que fica claro que não vem nenhum mal ao mundo de mais uma vez fazermos um *forcing* para que o Governo actue, porque até agora realmente o Governo não fez nada e já sabia deste assunto pelo menos desde 2003. Achamos que é mais um esforço para que o Governo actue.

Por isso mesmo não sei o porquê desta posição do Partido Socialista, uma vez que perante o que o Sr. Secretário do Ambiente aqui afirmou ontem, de que o Governo já sabia tudo isto, de que sabiam e de que iam diligenciar para actuar, qual é o problema de aprovarmos esta urgência e subsequentemente este Projecto de Resolução?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria devo dizer que há cerca de dois dias quando discutimos aqui de forma aprofundada, fiquei com a convicção de que se trata de uma matéria

urgente, sem falsos alarmismos, mas com muita responsabilidade e fundamentalmente também tendo em conta que se trata de um dos assuntos de cidadania mais importantes, que é a defesa da saúde das pessoas e todas as garantias que as entidades públicas, a Região, está a salvaguardar, com eficácia e celeridade, e está a fazer tudo o que lhe compete nesta matéria com a maior rapidez e convicção possível, com a maior competência possível.

Nesse sentido considero que esta matéria é, de facto, urgente e o Partido Popular Monárquico vai votar favoravelmente este pedido de urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Julgo que é por demais evidente a aprovação da urgência, porque do debate que aqui foi feito ficou perfeitamente o reconhecimento pelo próprio Governo Regional da existência de um problema, um problema que não um problema recente, tem de facto um longo histórico, algum identificado, outro menos identificado, mas tem e foi aqui reconhecido pelo Governo Regional.

Portanto, não vemos nenhum motivo para que a bancada parlamentar do PS rejeite este pedido de urgência...

Deputado Berto Messias (PS): Mas temos os nossos motivos!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Assim já percebo.

Deputado Francisco César (PS): Ainda bem, Sr. Deputado!

O Orador: Este é um assunto que incomoda o Governo Regional...

Deputado Francisco César (PS): Incomoda porquê?

O Orador: ... porque tinha e tem conhecimento de uma situação ambiental grave, para a qual já havia alguns estudos, para a qual há até a disponibilidade do poluidor para resolver o problema, mas entretanto o Governo Regional tem demonstrado, acerca disto, inércia.

Portanto, já percebo por que é que V. Exas. não querem aprovar a urgência do Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, é exactamente porque o vosso Governo está incomodado com isto e querem dar-lhe algum tempinho. Isto para que fique claro.

Relativamente a esse problema aquilo que se devia fazer era actuar e não é de agora, é de há muito, meus caros senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 29 votos a contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 13/2011 – “em defesa dos pescadores e dos proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, recomenda a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para justificar a urgência e o pedido de dispensa de exame em Comissão.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Justifica-se a urgência da discussão deste Projecto de Resolução, que pretende recomendar uma alteração ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social relativamente aos pescadores proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, naquilo que todos já sabemos que se

está a passar relativamente à contribuição que está a ser exigida aos pescadores proprietários deste tipo de embarcações.

De facto, numa altura em que é cada vez mais difícil retirar rendimentos da actividade da pesca, ainda para mais numa sazonalidade, que todos estamos de acordo, que afecta neste momento a maior parte senão a totalidade dos pescadores açorianos, entendemos que esta exigência que está a ser feita certamente não foi devidamente tida em conta aquando da aprovação do Código Contributivo da Segurança Social e não foi devidamente tida em conta porque se criou aqui uma distorção relativamente àquilo que é exigido aos proprietários das embarcações de pesca local e costeira.

Nessa medida e sabendo também neste momento que o Sr. Subsecretário das Pescas anunciou que irá a Lisboa acompanhado, quer dos profissionais da pesca, quer da Lotação, para tentar junto do Ministério do Trabalho obter entendimentos relativamente a este assunto, entendemos que era fundamental.

Esta situação ocorrendo, conforme anunciou o Sr. Subsecretário das Pescas, na próxima semana, mais precisamente na Segunda-Feira, entendemos que é o momento ideal.

Se já havia razões para esta urgência, agora ainda há mais motivos para esta urgência ser aprovada, porque é o momento ideal desta Assembleia ter oportunidade de dar um contributo político relevante para que seja entendida a razão desta recomendação e desta alteração ou deste entendimento que tem que existir para que realmente não se ponha em risco uma actividade que é já tão importante para muitas das nossas ilhas e para os Açores na generalidade.

Por isso mesmo justifica-se essa urgência porque estamos num momento de grande dificuldade e é urgente tomar medidas e recomendar que essas medidas sejam tomadas. Nada melhor do que esta Assembleia Legislativa para assumir esse cariz político de forte recomendação para que de facto se defenda a pesca e os pescadores açorianos.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a apreciar um pedido de urgência sobre uma proposta que incide sobre uma área da maior importância: a sustentabilidade da Segurança Social. Sabemos que é consensual, que é uma prioridade e uma preocupação de todos os partidos.

É fundamental no contrato social da nossa democracia e também ao nível da solidariedade inter-geracional que a própria lógica da Segurança Social tem.

Devemos abordar essas questões com grande prudência, até porque a pressa, como sabem, normalmente é inimiga da perfeição.

Julgamos pertinente uma avaliação jurídica das alterações propostas a uma lei de âmbito nacional da Assembleia da República e corresponde a uma expectativa da receita do Orçamento de Estado, da Segurança Social, com um enquadramento legal complexo.

Há também que dizer aqui que há outros sectores, designadamente o sector agrícola, onde o mesmo carácter específico poderia implicar um período de alguma adaptação, de algumas alterações, uma ponderação mais aturada sobre essa questão.

Achamos por isso que é útil e desejável um maior aprofundamento deste assunto, quer numa perspectiva social, quer, repito, numa perspectiva da própria exequibilidade legal dessas eventuais alterações.

A posição do Partido Socialista sobre esta matéria é clara. Achamos que a apreciação desta proposta e de outros aspectos conexos de melhoria, de afinamento das alterações a propor devem ser bem ponderadas, como já referi.

Achamos, inclusivamente, que o PSD não deixa de ser estranho – manifesto a minha perplexidade – ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Deixaram o papel difícil para si! Tenho pena de si!

O Orador: ... porque estas coisas dão sempre uma sensação de alguma confusão e de algum desnorte do PSD, o que por vezes lamentamos. Por vezes até chega a ser despidorada a forma como o PSD o faz. Por exemplo, em sede de Comissão aprovou por unanimidade o aditamento que foi proposto e tudo aquilo que dizia respeito ao Código Contributivo. Eu recordo que o relatório data de 4 de Junho de 2009, uma reunião na Ilha Terceira, Angra do Heroísmo. Agora o PSD surge aqui como um pouco arrependido e tentando também não se comprometer com o seu próprio passado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Qual foi o voto do PS?

O Orador: Por vezes parece-me que o PSD tem medo das suas próprias convicções, que é uma coisa estranhíssima e que nos deve deixar a todos um pouco alertados para estas iniciativas do PSD, que muitas vezes parecem mais querer ficar na fotografia do que propriamente resolver os problemas.

Deputado João Costa (PSD): Que grande confusão vai aí, Sr. Deputado!

O Orador: Vamos chumbar esta urgência. Achamos inclusivamente que a Comissão Parlamentar especializada pode, por exemplo, recolher um parecer técnico-jurídico que trata essa questão com a ponderação, com a serenidade e, lamento dizer, com a seriedade que merece, porque é assim que podemos dar um contributo positivo a uma medida que possa atender não só a este aspecto particular e sectorial que o PSD aqui apresenta, como também, como referi, a outros sectores, a outros universos que sabemos que têm dificuldades.

Deputado João Costa (PSD): Que grande confusão!

O Orador: Sobre isso também gostava de deixar aqui absolutamente claro que o Partido Socialista tem acompanhado esta situação.

Estamos perfeitamente despertos, absolutamente em alerta e totalmente disponíveis para tratarmos esse assunto, vermos a melhor maneira de acomodarmos alterações que possam beneficiar não só este, mas outros sectores. Isso deve ser feito nos termos que eu aqui procurei sinteticamente expor e por isso mesmo julgo que fica absolutamente claro, Sr. Presidente da Assembleia, os motivos, que são motivos ponderosos e da maior seriedade para o Partido Socialista chumbar esta urgência.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer que a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente a urgência, mas gostava de tecer uma ou duas considerações sobre este processo.

Nós vamos votar a urgência porque há de facto um problema criado com a entrada em vigor do novo Código Contributivo. Ele foi muito visível. Os pescadores e os pequenos armadores acabaram por colocar esta questão na agenda e o PSD está a correr um pouco atrás do prejuízo e vem agora apresentar esta proposta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... que na nossa opinião até poderia ir um pouco mais além, podia fazer uma ante-proposta de lei no sentido de alterar o Código Contributivo, que foi aprovado em 2009 apenas com os votos do Partido Socialista, também é bom que se diga. Todos os outros partidos, PSD, CDS, BE e PCP votaram contra. Foi aprovado pelo Partido Socialista. Portanto, a posição do Partido Socialista é perfeitamente clara relativamente à questão do Código Contributivo.

Este Código Contributivo é altamente penalizador para segmentos da população mais frágeis, os trabalhadores precários e alguns sectores de actividade como as pescas certamente, mas também a agricultura.

Deputado José San-Bento (PS): Eu disse isso!

O Orador: Disse sim senhor e também disse que na Comissão, quando a Assembleia foi chamada a pronunciar-se sobre isto, o PSD tomou a posição que V. Exa. referiu, mas não foi só, como se sabe, o PSD. V. Exas. também deram o aval. Aliás, se não o tivessem feito, a posição da Região teria certamente sido contrária.

Há de facto aqui uma situação que tem que ficar clara. O PSD nesta posição revela uma vez mais alguma hipocrisia política.

Em Dezembro do ano passado o PCP, e depois o Bloco de Esquerda, apresentaram na Assembleia da República, que é o local próprio para resolver estas questões, propostas que visavam resolver o problema. V. Exas., nessa altura, já não deixaram o Partido Socialista isolado. Nessa altura reprovaram essas iniciativas quer do PCP, quer do Bloco de Esquerda.

Agora vêm aqui, como disse há pouco, correr atrás do prejuízo, apenas porque precisam de algum protagonismo político.

De qualquer forma vamos dar o nosso voto favorável ao vosso pedido de urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado João Bruto da Costa pediu a palavra e eu vou dá-la, pela segunda vez, de acordo com o nº 2 do artigo 146º do Regimento.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José San-Bento:

Eu pedi a palavra na sequência da sua intervenção para lhe dizer que o Sr. Deputado acabou de desqualificar toda a nota GaCS, quanto à urgência...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isto era urgente?

O Orador: ... que estamos aqui a debater, relativamente àquilo que disse o Sr. Subsecretário das Pescas.

O senhor diz que quer recolher pareceres jurídicos, mas entretanto o Sr. Subsecretário das Pescas vai negociar para Lisboa, não se sabe com que base e em que pareceres.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor diz que quer ponderar melhor, mas entretanto os pescadores passam fome e têm de pagar contribuições em excesso.

Deputados Luís Garcia e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor diz que são necessários ajustamentos mas ao mesmo tempo diz que somos incongruentes porque na Comissão votámos a favor do

Código. Mas os senhores também votaram! Aliás, os senhores é que o propuseram e os senhores é que o aprovaram sozinhos!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não, não! Não foi sozinho! Os senhores votaram sempre connosco!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Exactamente! Não abona nada a favor!

O Orador: O incongruente aqui é V. Exa. que quer aumentar aqui o tempo de espera naquilo que é necessário esta Assembleia dizer.

Vejamos uma coisa:

O senhor começou por dizer, Sr. Deputado José San-Bento, que genericamente era de acordo com o Projecto de Resolução cuja urgência se pede para votar.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não ouviu o que eu disse!

O Orador: Disse que eram necessários ajustamentos e certamente o Diário das Sessões pode revelá-lo. O senhor disse claramente nas entrelinhas das suas palavras...

Deputado Berto Messias (*PS*): Sr. Deputado estamos a discutir a urgência!

O Orador: ... que era de acordo com este Projecto de Resolução, mas como é do PSD “não vamos aprovar já ou não vamos votá-lo, não o vamos sequer discutir já!”

Deputado Francisco César (*PS*): Não tem nada a ver!

O Orador: Tem a ver com a urgência, porque a urgência é determinada pela situação débil e aflitiva em que se encontra o sector das pescas nos Açores.

É essa a urgência em votar imediatamente este diploma, para que na próxima semana esta Assembleia possa ajudar o Sr. Subsecretário das Pescas a ter um pouco mais de peso político.

Esta Assembleia aprovando a urgência e depois votando favoravelmente este Projecto de Resolução possa ajudar a obter pelo menos um compromisso (esta situação é uma distorção daquilo que se pretende com este regime), junto do Governo da República e também da Assembleia da República a alterar esta situação, para que não haja aquilo que se está a passar neste momento, que é ser exigido a pessoas um pagamento que não têm onde ir buscar o dinheiro para o pagar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pede a palavra, mas o Governo não pode falar, só se fosse o proponente.

Deputado João Costa (PSD): Basta o Sr. Presidente dizer que aprovem a urgência!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Votem a urgência e já pode!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra.

Eu sei que não posso falar, Sr. Presidente, mas queria, face à deturpação que foi feita das minhas palavras, que foram muito claras e que justificaram, na minha modesta opinião, perfeitamente a posição do Partido Socialista, pedir autorização à Mesa para os serviços entregarem ao Sr. Deputado Bruto da Costa o relatório que eu citei, porque evidentemente ele ou não conhece ou já se esqueceu.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é preciso! Não gaste papel!

O Orador: Este relatório prova de uma forma claríssima aquilo que está aqui em causa, o desnorte e as contradições do PSD.

Era isso que gostava de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando aprecio estes pedidos de urgência a análise e o processo que sigo sempre é no sentido de saber se o assunto é ou não urgente.

O assunto é, de facto, urgente.

Para quem tinha qualquer espécie de dúvida devo dizer que fiquei absolutamente chocado com a reportagem que passou na RTP/Açores há dois ou três dias, e eu acredito que as pessoas estavam a dizer a verdade, em que vários pescadores e as respectivas famílias testemunharam situações de extrema

carência, de fome, de grandes dificuldades em chegar ao final do mês, de enormes dificuldades do ponto de vista social.

Às vezes não compreendo o que é que passa na cabeça de alguns políticos deste país para tomarem decisões deste tipo que afectam tanto as populações, que afectam tantas pessoas que já estão desfavorecidas numa actividade que é extremamente irregular, extremamente afectada pela sazonalidade.

Eu não consigo perceber como é que um processo de decisão que ao fim de alguns dias, de poucos dias, percebe-se imediatamente que tem um efeito perfeitamente devastador em quem já está numa situação de desequilíbrio muito grande.

É, de facto, uma matéria muito urgente. Eu não brinco com estas matérias, Sr. Deputado José San-Bento. Estas matérias são importantes.

Trata-se, de facto, de pessoas que estão à beira da sobrevivência, que estão a passar por situações tremendas.

Temos que ter esta sensibilidade de fazer a leitura do que vemos, do que ouvimos e decidirmos em consonância em relação a esta matéria.

Por isso lhe digo, Sr. Deputado, que devemos agir com rapidez, marcar uma posição desde já desta Assembleia Legislativa, avançando com outros processos dentro daquelas que são as nossas competências do ponto de vista legislativo. Marcar uma posição desde já é urgente para que as pessoas vejam que estamos a agir em seu auxílio e porque os órgãos de soberania tenham consciência de que esta decisão é uma decisão que está a ter efeitos extremamente penalizadores para um sector que tem sido muito mal tratado neste país.

Por isso é que eu digo que às vezes não percebo, numa conjuntura económica de crise, alguém que está a legislar sobre um sector que devia conhecer, cuja especificidade e vulnerabilidade devia conhecer, tome este tipo de decisões.

Por isso é urgente, urgentíssimo.

Eu tenho que apoiar esta iniciativa do Partido Social Democrata, que agiu com rapidez em relação a este assunto. É um sinal forte desta Assembleia Legislativa, que não quer dizer que não seja acompanhado por outras medidas ainda mais eficazes e concretas para resolver esta situação.

É urgente e por isso vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Partido Social Democrata, que votaremos a favor, começa logo por ser coxa, porque esquece os agricultores, como aqui já foi referido, mas também esquece os trabalhadores a recibo a verde. Enfim, esquece uma série de outras profissões que também são abrangidas por isso.

Demagógicamente, é aqui trazida pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa esta iniciativa para os pobres dos agricultores, segundo diz o Sr. Deputado.

Agora é preciso analisar a história pregressa de tudo isso.

Estamos em presença de uma aliança bipolar. É o que está aqui a acontecer. A proposta é do Partido Socialista, que a assume, e os senhores viabilizam-na. São mais uma vez os avalistas.

É preciso que os açorianos saibam que se os senhores tivessem votado contra não havia Código Contributivo, se os senhores tivessem votado a favor do adiamento do Código Contributivo não havia Código Contributivo.

Agora numa coisa eu concordo consigo, Sr. Deputado. É urgente, diz V. Exa. com esse ar muito pesaroso. Os pescadores estão a passar fome! Mas estão a passar fome por culpa do seu partido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E do Partido Socialista!

O Orador: É isso que tem que ficar aqui bem claro.

Queremos discutir isso com urgência, porque os pescadores estão a passar fome, porque o Partido Social Democrata não quis que o Código Contributivo fosse adiado. Portanto, já estão a passar fome. Os senhores são os responsáveis.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PS nitidamente não quis discutir já esta questão, estando favorável e querendo tomar uma posição em relação à ajuda que deve ser dada nesta matéria relativa aos problemas por que passam os pescadores para pagar esta contribuição que, no nosso entendimento, é uma distorção relativamente àquilo que é exigido em termos de contribuições por parte do novo Código Contributivo da Segurança Social.

Eu queria dizer que o PS chumbando esta urgência não quis só adiar esta discussão, quis adiar uma tomada de posição por parte desta Assembleia, que é o órgão máximo da Autonomia e que devia dar um sinal claro para a defesa daqueles que neste momento passam grandes dificuldades, porque não foi suficientemente (estamos em crer que se o tivesse sido talvez isto não acontecesse) avaliada esta situação relativamente aos pescadores.

Por essa razão para a semana haverá uma comitiva em Lisboa para alertar efectivamente para um problema, comitiva essa que se levasse na mão um voto de uma resolução por parte desta Assembleia Regional, por parte dos partidos nela representados, certamente teria um pouco mais de força, muito mais força para defender aquilo que é justo e equilibrado em termos de contribuições.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Não posso deixar de lembrar nesta ocasião que se alguém aqui se comportou como um verdadeiro judas político foi o CDS/PP.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor também votou favoravelmente. E foi mesmo o senhor, que estava na comissão!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Isto é uma declaração de voto?

O Orador: Na Comissão Regional, o CDS/PP dos Açores votou favoravelmente o Código Contributivo, Sr. Deputado Artur Lima. É bom que o senhor se lembre daquilo que fez nos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Foi o que o senhor fez! O senhor também estava na Comissão!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor não percebeu o que eu expliquei relativamente a este assunto.

O PSD entende, no caso concreto que estamos a avaliar, que surge uma distorção no Regime Contributivo por parte dos pescadores, em que é exigido um pagamento que eles muitos meses por ano não são capazes de fazer.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não são só os pescadores!

O Orador: É nessa medida, reconhecido e percebido esse problema, que desejávamos que esta Assembleia tomasse posição. O PS nem sequer permitiu que o Sr. Presidente do Governo pudesse intervir ao chumbar esta urgência e pudesse formar opinião sobre esta matéria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é uma fuga para a frente!

O Orador: Aliás, quando toca a defender os mais fracos o PS tem sempre uma posição de adiamento: “vamos estudar melhor o assunto”; “vamos pedir pareceres jurídicos”.

Deputado José Lima (*PS*): Isso é demagogia!

O Orador: Quais foram os pareceres jurídicos que os senhores pediram para defender aqueles que ganham mais de 1.500 euros? É isso que ainda estamos para saber.

Para terminar, chumbando esta urgência o PS não permite que esta Assembleia Regional, apesar de concordar com o teor daquilo que é plasmado no Projecto de Resolução, possa dar um sinal claro de que os pescadores da Região Autónoma dos Açores precisam de uma alteração deste regime que lhes é

exigido para poderem continuar a exercer uma actividade que é de extrema importância para a economia regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa acabou de se confessar perante esta câmara. Não sei se vai ter perdão dos pescadores, dos agricultores, dos arquitectos, dos engenheiros e dos médicos que trabalham a recibo verde. Não sei se vai ter perdão!

Nós votámos favoravelmente esta iniciativa do Partido Social Democrata para ser discutida aqui o mais rapidamente possível. Agora não podemos deixar de registar a hipocrisia e a demagogia do Partido Social Democrata relativamente a essa matéria.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E a do CDS/PP!

O Orador: Relativamente a esse parecer estava lá um regime de excepção para os agricultores. Era isso que estava lá e isso levou-nos a ponderar.

O senhor veio dar razão à crítica que vos faço, foi isso que o senhor acabou por fazer, porque nas iniciativas subsequentes na Assembleia da República, onde há o poder de decisão, onde havia o poder de impedir a entrada em vigor desse Código Contributivo, os senhores não impediram, deixaram que entrasse em vigor.

Os pescadores, os médicos, os arquitectos, os agricultores vão ser penalizados porque os senhores deixaram que o Código Contributivo entrasse em vigor.

O verdadeiro responsável da entrada em vigor do Código Contributivo é o Partido Social Democrata, porque se tivesse votado com toda a oposição, com o Partido Comunista, com o Bloco de Esquerda e com o CDS, o Código Contributivo não tinha entrado em vigor.

Portanto, o carrasco dos pescadores, dos arquitectos e dos agricultores é o Partido Social Democrata.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Face àquilo que foi dito, uma breve declaração de voto do Partido Socialista.

A fundamentação para o nosso voto foi absolutamente clara naquilo que já tive oportunidade de referir, mas gostava de sintetizar.

Esta proposta do PSD não faz uma devida equação deste problema, de outras situações similares e por isso mesmo também não constitui em si uma boa solução, a solução que garanta uma melhor resolução para os problemas dos pescadores, dos nossos agricultores, bem como de outras actividades.

Esta iniciativa deve ser entendida como eu referi aqui. O PSD foi a reboque da comunicação social, transformou-se novamente numa provedoria de ressentimentos e quis aparecer na fotografia.

Nós queremos arranjar uma boa solução.

É caso para se dizer, Sr. Deputado Duarte Freitas, que foi preciso que algo mudasse no PSD para que ficasse tudo igual.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto coloco à votação da Câmara a seguinte Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Fevereiro”.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Posto isto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, terminámos os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos. Até sempre.

Um bom regresso às vossas casas.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputada que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Medidas Extraordinárias de apoio aos órgãos de comunicação social privado dos Açores \(N.º 12/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MARÇO – 24;

Assunto: [Em defesa dos pescadores e dos proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, recomenda a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social \(N.º 13/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Pedido de urgência.

2 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Carta de saúde da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.02.24

Referência: 54.01.00 – N.º 299/IX;

Assunto: [Fundamentação dos custos com concentração da frota da SATA Air Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.02.24

Referência: 54.01.00 – N.º 345/IX.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2011 – “Regime da Dispensa de Medicamentos em Unidose”

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.02.24;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011 – “Regime Jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores.”

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.02.24;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 13/2011 - Em defesa dos pescadores e dos proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, recomenda a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2011.02.24.

Assunto: Ofício em enviar Voto de Protesto – Encerramento da Estação do CTT na Horta, aos sábados

Proveniência: Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2011.02.24.

4 - Diários:

Considera-se aprovado o Diário da ALRAA n.º 83, bem como o suplemento n.º 85.

Está presente o Diário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 82.

A redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*